



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE QUALITATIVA  
DAS PUBLICAÇÕES DO ANO DE 2017**

Neli Inês Golimbievski

Lajeado, novembro de 2018

Neli Inês Golimbievski

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE QUALITATIVA  
DAS PUBLICAÇÕES DO ANO DE 2017**

Monografia apresentada na disciplina de Estagio Supervisionado II, do curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte de exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Adriano José Azeredo

Lajeado, novembro de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela força e coragem durante esta longa jornada. A minha família pelo incentivo e apoio constante, em especial aos meus pais Lucio e Maria que não tiveram a mesma oportunidade de dar sequência aos estudos. Ao meu namorado André, pela paciência e estímulo pela realização desta monografia. A todos os professores que contribuíram na minha vida acadêmica e formação profissional, em especial ao meu orientador, Prof. Me. Adriano José Azeredo pelo auxílio e dedicação. Agradeço também a todos que, de forma direta ou indireta contribuíram para realização deste trabalho e principalmente pelo aprendizado adquirido ao longo do curso de Ciências Contábeis.

## RESUMO

As demonstrações contábeis devem representar a posição patrimonial e financeira e do desempenho das organizações. Para isso, os profissionais contábeis têm suporte dos órgãos fiscalizadores, da legislação, pronunciamentos técnicos, como também inúmeras ferramentas e tecnologias disponíveis no mercado, para auxiliá-los na elaboração das demonstrações contábeis. Diante disso, ainda é possível encontrar publicações errôneas, distorcendo a real situação da organização. Assim, esta monografia tem como principal objetivo de analisar as irregularidades contidas na publicação das demonstrações contábeis. A pesquisa se caracteriza como de natureza descritiva e exploratória, qualitativa e quantitativa. Para o desenvolvimento do estudo, coletaram-se demonstrações contábeis publicadas no Diário Oficial do Rio Grande do Sul referente ao exercício de 2017, totalizando 100 empresas. A conclusão do estudo é que das 100 empresas analisadas, 75% tiveram alguma irregularidade em suas publicações. Embora 41% da amostra possuir auditoria, não é uma forma de garantir demonstrações sem irregularidades, porém tem por diminuí-las. As irregularidades mais frequentes estão relacionadas à estrutura da demonstração contábil e da nomenclatura, representando 54% e 34% do total, respectivamente, e os 12% restantes são classificados como outros tipos de irregularidades. Já em relação às irregularidades nas Notas Explicativas, destacaram-se a falta de referência cruzada das informações, representando 93% do total.

**Palavras-chaves:** Demonstrações contábeis. Diário Oficial. Irregularidades.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologia do programa de <i>compliance</i> .....	32
Figura 2 - Uma hierarquia de qualidades em contabilidade .....	35
Figura 3 - Intervalos de classificação dos índices de correlação.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Auto de infrações CRC/RS – 2017 .....	24
Gráfico 2 - Região geográfica das empresas .....	48
Gráfico 3 - Tipo (divisão) do capital das empresas .....	49
Gráfico 4 - Faturamento e PL em relação ao tipo de capital. ....	50
Gráfico 5 - Atividade econômica e Idade das empresas .....	51
Gráfico 6 - Empresas x PL e total do ativo .....	52
Gráfico 7 - Quantidade de empresas com irregularidades .....	52
Gráfico 8 - Auditoria x irregularidades nas empresas.....	53
Gráfico 9 - Irregularidades nas empresas x região.....	54
Gráfico 10 - Utilização de auditoria nas empresas por regiões .....	55
Gráfico 11 - Número de irregularidades por tipo de demonstração contábil .....	56
Gráfico 12 - Quantidade de empresas com irregularidades e que possuem e não possuem auditoria .....	56
Gráfico 13 - Relação de empresas com irregularidades em demonstrativos por valor do ativo.....	58
Gráfico 14 - Relação de empresas com irregularidades em demonstrativos por valor do Patrimônio Líquido .....	58
Gráfico 15 - Percentual de empresas com irregularidades em relação ao faturamento .....	59
Gráfico 16 - Relação de irregularidades com tipos de irregularidades divididos por demonstração.....	60
Gráfico 17 - Irregularidades em Notas Explicativas.....	61

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrações contábeis Lei 6.404/76 – art. 176 .....	14
Quadro 2 - Conjunto das Demonstrações Contábeis CPC 26 (R1), item 10 .....	14
Quadro 3 - Estrutura do Balanço Patrimonial .....	16
Quadro 4 - Cartilha de Orientação profissional da contabilidade – CRC/RS 2014.....	24
Quadro 5 - Irregularidades das Demonstrações Contábeis – CRC/RS.....	25
Quadro 6 - Impactos da divulgação e não divulgação das informações nas demonstrações contábeis .....	36
Quadro 7 - Comparação entre os estudos correlatos.....	40
Quadro 8 - Correlação entre número de empresas com irregularidades e variáveis de perfil.....	62
Quadro 9 - Correlação entre o número de empresas com auditoria e irregularidades nas demonstrações contábeis.....	62
Quadro 10 - Correlação positiva x correlação inversa.....	63

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 Tema .....	10
1.1.1 Delimitação do tema.....	10
1.2 Problema da pesquisa .....	10
1.3 Objetivos .....	11
1.3.1 Objetivo geral .....	11
1.3.2 Objetivos específicos.....	11
1.4 Justificativa.....	11
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 Obrigatoriedade na Publicação das Demonstrações Contábeis .....	13
2.1.1 Demonstração Contábil Lei 6.404/76 .....	14
2.1.2 Demonstração Contábil CPC 26 (R1).....	14
2.2 Balanço Patrimonial .....	15
2.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	17
2.4 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) .....	18
2.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) .....	18
2.6 Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	18
2.7 Fluxo de Caixa .....	19
2.8 Notas Explicativas.....	19
2.9 Fraude x Erro .....	20
2.9.1 Fraude .....	21
2.9.2 Erro .....	21
2.10 Conselho e órgão fiscalizador .....	23
2.10.1 CRC/RS.....	23
2.10.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM) .....	26
2.11 Responsabilidade solidária .....	30
2.11.1 <i>Compliance</i> .....	31
2.12 Usuários da informação.....	33
2.13 Estudos correlatos.....	37
2.13.1 Universidade de Brasília (UB) .....	37
2.13.2 Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília .....	39
2.13.3 Comparação entre os estudos .....	40



<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>42</b>
3.1 Tipo de pesquisa .....	42
3.1.1 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem .....	42
3.1.2 Caracterização da pesquisa segundo o objetivo geral .....	43
3.1.3 Caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos .....	43
3.2 População e amostra de estudo .....	44
3.3 Coleta de dados.....	44
3.4 Tratamento dos dados .....	45
3.5 Análise dos dados.....	46
3.6 Limitação da pesquisa .....	47
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>48</b>
4.1 Perfil da amostra do estudo .....	48
4.2 Irregularidades nas publicações das demonstrações contábeis .....	52
4.3 Análise de correlação das variáveis.....	61
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>73</b>
APÊNDICE A - Demonstrações Ilustrativas 2017 .....	74
APÊNDICE B - Listagem das empresas da amostra .....	82
<b>ANEXOS .....</b>	<b>85</b>
ANEXO A - Balanço Patrimonial e DRE 2014 – Petrobras .....	86
ANEXO B - Balanço Patrimonial 2012 - TAM.....	88
ANEXO C - Nota explicativa 38 Balanço Patrimonial 2012 - TAM .....	89
ANEXO D - Balanço Patrimonial - DMR Administração e Participações S.A.....	90

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma das ciências mais antigas da história. Surgiu da necessidade do controle da evolução patrimonial das antigas civilizações, tornando-se com o tempo uma prática comum entre os mais diversos tipos de organizações. Sua evolução transcorreu em paralelo com a evolução da economia, tanto que, é considerada atualmente uma linguagem universal nos negócios (HOSS, et al., 2012).

Durante muito tempo, a contabilidade no Brasil era vista apenas como um modelo engessado da legislação, seguindo as exigências do fisco e servindo como base para a elaboração de balanços patrimoniais, muitas vezes contrariando a realidade econômica da empresa. Atualmente, com a convergência às normas internacionais, as informações tornaram-se mais relevantes, compreensivas e confiáveis do ponto de vista dos usuários, trazendo com isso, mais qualidade aos demonstrativos (MARION, 2012).

A principal função dos demonstrativos, segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) 26 (R1) é representar a posição patrimonial e financeira e do desempenho das organizações. Para garantir a qualidade das informações, divulgadas pelas empresas, a legislação e órgãos fiscalizadores, tem se esforçado para auxiliá-los na elaboração das demonstrações contábeis. No entanto, para que isso ocorra, é necessário também que o profissional contábil esteja atento na elaboração das demonstrações.

Diante disso, apesar de inúmeras ferramentas e tecnologias disponíveis no

mercado para a orientação do profissional, ainda é possível encontrar publicações errôneas, distorcendo a real situação financeira e econômica da organização. A tomada de decisão com base nestas informações pode gerar uma falsa ilusão econômica e financeira da empresa como também uma decisão precipitada de todos que fazem uso dela.

## **1.1 Tema**

O tema desta pesquisa são as irregularidades contidas na publicação das demonstrações contábeis.

### **1.1.1 Delimitação do tema**

Demonstrações contábeis de empresas que publicaram no Diário Oficial do Estado (DOE) do Rio Grande do Sul, no período de janeiro a abril de 2018 referentes ao exercício de 2017. Tomando como base a legislação vigente até 31 de dezembro de 2017.

## **1.2 Problema da pesquisa**

As demonstrações contábeis devem representar a real situação econômica e financeira da organização. Sua divulgação deve trazer informações relevantes e principalmente fidedignas das suas operações. Uma vez que, as demonstrações são publicadas de forma incorreta, mesmo que não seja intencional, trazem distorções nos resultados, prejudicando sua análise e interferindo na tomada de decisões.

Segundo Hendriksen e Breda (2012, p. 531) “a divulgação oportuna de informação relevante tende a impedir a ocorrência de surpresas que poderiam alterar completamente as percepções a respeito do futuro de uma empresa”.

Com base nisso, o problema da pesquisa é: quais os tipos de irregularidades e quais as mais frequentes nas demonstrações contábeis de empresas que

publicaram no DOE do Rio Grande do Sul, referente ao exercício de 2017?

### **1.3 Objetivos**

Os objetivos se dividem em geral e específicos.

#### **1.3.1 Objetivo geral**

Verificar quais são as irregularidades mais frequentes em demonstrações contábeis de empresas que publicaram no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul de janeiro a abril de 2018, referente ao exercício de 2017.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Identificar as principais irregularidades em demonstrações contábeis de empresas que publicaram no DOE do Rio Grande do Sul, no período de janeiro a abril, referente ao exercício de 2017;
- Identificar o percentual de empresas com erros nas demonstrações contábeis;
- Apontar as principais medidas utilizadas pelos órgãos fiscalizadores para minimizar as irregularidades nas demonstrações contábeis;
- Analisar os efeitos decorrentes de demonstrações errôneas para os usuários da informação.

### **1.4 Justificativa**

O tema desta pesquisa é relevante porque tem influência em toda a sociedade. Um balanço publicado de forma errônea acaba distorcendo os resultados e interferindo na tomada de decisões. Desta forma, a pesquisa irá evidenciar as

irregularidades nas demonstrações contábeis, bem como os mais recorrentes e suas consequências, servindo ao mesmo tempo de auxílio e expondo-os aos *stakeholders*.

Para a acadêmica, demais estudantes e futuros profissionais de contabilidade, este trabalho aprimorará seus conhecimentos nas normas contábeis para publicação das demonstrações. Além de ressaltar a importância da publicação, também analisará irregularidades que interferem na tomada de decisão dos usuários. Também poderá ser utilizado como fonte de estudo durante e após o curso de graduação e para demais formações acadêmicas.

Este trabalho também poderá servir de auxílio para a classe contábil, a fim de inspecionar se as demonstrações contábeis estão sendo divulgadas de forma correta, em conformidade com as normas contábeis e se estão apresentando todas as informações relevantes. Para os órgãos fiscalizadores, será uma forma de mensurar as maiores deficiências de balanços publicados, servindo também como fonte de orientação para as próximas publicações das demonstrações contábeis.

O Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do Rio Grande do Sul, com o intuito de prevenir e orientar os contadores e técnicos de contabilidade divulga as principais autuações das fiscalizações (CRC/RS). Desta forma, o profissional contábil pode utilizá-la como base para a elaboração das demonstrações contábeis.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A contabilidade é uma das mais antigas ciências estudadas pelo ser humano. Surgiu da necessidade dos gestores conhecerem e controlar o patrimônio, bens, direitos e obrigações, bem como obter informações e verificar a evolução patrimonial (MARION, 2012).

Atualmente, além do balanço patrimonial, outros demonstrativos também são emitidos para fins de controle. Como evidência da importância dos controles para os demonstrativos contábeis, Santos (2014), exemplifica que, o preço dos produtos é feito pelo mercado, porém, é por meio das informações contábeis e das demais variáveis envolvidas para agregar valor ao produto e gerar lucratividade para a organização.

### **2.1 Obrigatoriedade na Publicação das Demonstrações Contábeis**

A publicação das demonstrações contábeis é obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto e de capital fechado de grande porte, ou seja, com ativo total igual ou superior a R\$240 (duzentos e quarenta) milhões ou ainda pela receita bruta anual igual ou superior a R\$300 (trezentos) milhões. Caso a empresa não se enquadre como grande porte estará obrigatório à publicação se tiver um PL superior a R\$2 (dois) milhões (Lei 6.404/76, artigo 176).

A lei societária estabelece ainda que a publicação deve ocorrer em um órgão oficial da União ou Estado ou Distrito Federal, bem como em um jornal de grande

circulação, região situada pela organização.

### 2.1.1 Demonstração Contábil Lei 6.404/76

De acordo com a o artigo 176 da lei societária 6.404/76, ao final do exercício, as empresas devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis:

Quadro 1 - Demonstrações contábeis Lei 6.404/76 – art. 176

Demonstração Financeira	Companhia Aberta	Companhia Fechada
Balanço Patrimonial	X	X
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	X	X
Demonstração do Resultado do Exercício	X	X
Demonstração dos Fluxos de Caixa	x	PL superior a R\$2.000.000,00
Demonstração do Valor adicionado	X	

Fonte: Elaborada pela autora com base no artigo 176 Lei 6.404/76 (2018).

É possível observar que, na lei societária, há obrigatoriedade na divulgação das demonstrações para as companhias abertas. Para as companhias fechadas, a obrigatoriedade fica restrita ao Balanço Patrimonial, à Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e à Demonstração do Resultado do Exercício. Na Demonstração do Fluxo de Caixa, é opcional quando o PL for inferior a R\$ 2 (dois) milhões e também opcional na Demonstração do Valor Adicionado.

### 2.1.2 Demonstração Contábil CPC 26 (R1)

Para o CPC 26 (R1) item 10, o conjunto completo das demonstrações contábeis são os seguintes:

Quadro 2 - Conjunto das Demonstrações Contábeis CPC 26 (R1), item 10

Demonstração Financeira	Companhia Aberta	Companhia Fechada
Balanço Patrimonial	X	X
Demonstração do Resultado do Período	X	X

(Continua...)

(Conclusão)

<b>Demonstração Financeira</b>	<b>Companhia Aberta</b>	<b>Companhia Fechada</b>
Demonstração do Resultado Abrangente do Período	X	X
Demonstração das mutações do PL	X	X
Demonstração dos Fluxos de Caixa	x	PL superior a R\$2.000.000,00
Demonstração do Valor Adicionado	X	
Notas Explicativas	X	X

Fonte: Elaborada pela autora com base no CPC 26 (R1) (2018).

De acordo com os Quadros 1 e 2, é possível perceber algumas divergências entre a lei societária e o pronunciamento contábil. Uma delas é com relação às notas explicativas, que, embora na lei seja obrigatória, não é considerada como uma demonstração contábil e sim como um demonstrativo complementar. Outra divergência está na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), contemplada somente no pronunciamento contábil.

No Brasil, as demonstrações contábeis são elaboradas a partir das práticas contábeis brasileiras harmonizadas com as normas contábeis internacionais (IFRS), intitulados CPC. Para as empresas de capital fechado, as publicações são baseadas a partir das NBC TG (CFC). Já para as empresas de capital aberto são regulamentadas pela CVM (CPC 26 (R1)).

## 2.2 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial ilustra a posição financeira e econômica da organização em determinado período. É composto por três pilares: ativo, passivo e patrimônio líquido. Já o registro das contas, que antecede a elaboração do balanço patrimonial, tem por objetivo facilitar o entendimento e análise da situação patrimonial e financeira (ALMEIDA, 2012; ASSAF NETO, 2006; CPC 26 (R1)).

A composição do registro de contas dá-se por meio do sistema de escrituração, isto é, da regra de partidas dobradas. A premissa é de que o ativo e o passivo devem ter o mesmo “peso”, ou seja, o mesmo valor. Um dos lados representa os bens e direitos e o outro representa as obrigações, sendo que, para cada operação sempre haverá uma contrapartida, equilibrando os lados (MULLER;



HENDRIKSEN; BREDÁ, 2012).

O ativo representa todos os bens e direitos da empresa e são provenientes de eventos passados a espera de resultados econômicos futuros. O ativo é estruturado de acordo com o grau de liquidez, ou seja, a rapidez da sua conversão em moeda (ALMEIDA, 2012; ASSAF NETO 2006; CPC 26 (R1)).

Segundo os autores, a classificação dos ativos é dada como circulante e não circulante, diferindo um do outro a curto e longo prazo. O curto prazo pode ser entendido como o período até a data das demonstrações contábeis. Já o longo prazo é considerado como o período a partir do décimo segundo mês, ou melhor, que não se classifica no circulante. O ativo não circulante ainda pode ser classificado como investimentos, imobilizados e intangíveis.

O passivo são as obrigações da empresa perante terceiros onde sua liquidação resultará na saída de recursos econômicos da organização e é caracterizado pela origem dos recursos da organização. O passivo pode ser classificado em passivo circulante e passivo não circulante, dependendo do grau de liquidez (CPC 26 (R1)).

As contas do passivo tem saldo credor e estão alocadas no lado direito do Balanço Patrimonial (EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP, 2010). São os elementos patrimoniais negativos do balanço, representando todas as origens dos recursos, tanto próprios como de terceiros (PADOVEZE, 2017).

O PL evidencia os recursos próprios da empresa, representando sua riqueza (PADOVEZE, 2017). Para Oliveira (2013), o patrimônio líquido retrata a obrigação exclusiva dos proprietários e pode ser representado pela seguinte equação:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo Exigível (p. 07)}.$$

Quadro 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
<b>Ativo Circulante</b>	<b>Passivo Circulante</b>
Caixa e equivalente de caixa	Fornecedores
Clientes	Salários a pagar
Estoque de mercadorias	Impostos a recolher

(Continua...)

<b>Ativo Circulante</b>	<b>Passivo Circulante</b>
Impostos a recuperar	Financiamentos/empréstimos a pagar
Adiantamentos a terceiros/fornecedores	
	<b>Passivo não Circulante</b>
	Financiamentos/empréstimos a pagar
	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
	Capital Social
<b>Ativo não Circulante</b>	Reserva de Capital
Realizável a longo prazo	Ajustes de Avaliação patrimonial
Investimentos	Reserva de lucros
Imobilizado	Ações em Tesouraria
Intangível	Prejuízos acumulados

Fonte: Elaborada pela autora com base no CPC 26 (R1) e Padoveze (2017).

### 2.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício destaca a origem dos resultados da organização em determinado período. O lucro ou prejuízo findo, apurado do exercício são receitas e despesas decorrentes de transações seguindo o regime de competência, independente do regime de caixa.

As receitas são benefícios econômicos das atividades ordinárias que resultam no aumento do patrimônio líquido. Somente poderão ser reconhecidas quando os benefícios fluíram para a entidade, ou seja, com o aumento do ativo ou da diminuição do passivo (CPC 00 (R1)). O reconhecimento das receitas é mediante ao fato gerador, independente de seu recebimento (MALACRIDA, 2011). Santos (2014) ainda complementa que as receitas também podem ser provenientes de valores a receber, a exemplo dos juros bancários, que são resultantes de sua atividade operacional.

Já as despesas são todos os gastos para a realização de uma receita. Seu reconhecimento é dado por movimentações no período, por seu uso ou consumo (MALACRIDA, 2011).

Para Assaf Neto (2006) e Iudicibus (2015) a unificação do Balanço

Patrimonial e a DRE, demonstram a situação patrimonial e financeira da entidade em determinado período. Ambas, fazem parte do conjunto de obrigatoriedade das demonstrações contábeis.

## **2.4 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)**

A DRA pode ser apresentando em um demonstrativo próprio ou então, dentro da demonstração das mutações do patrimônio líquido. Quando apresentada de forma isolada, começa com o resultado do exercício seguido pelos outros resultados abrangentes (CRC/PR, 2018). Sua divulgação não é obrigatória caso não haja movimentação.

Os resultados abrangentes apresentam itens de receitas e despesas que não são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício. São exemplos de componente, variação na reserva de reavaliação; ganhos e perdas derivados na conversão em operações no exterior e ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados pelo valor justo (CPC 26 (R1), SILVA, 2017).

## **2.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)**

A DMPL tem por objetivo evidenciar toda a movimentação do patrimônio líquido em determinado exercício, destacando seus acréscimos e diminuições. As informações da demonstração complementam as informações do balanço patrimonial e DRE (CPC 26 (R1), SILVA, 2017). Ainda na DMPL, o resultado abrangente também deve ser divulgado, e separadamente, o montante atribuído, tanto dos proprietários controlados como dos proprietários não controladores (SILVA, 2017).

## **2.6 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A DVA evidencia a riqueza produzida de uma empresa e a forma da sua distribuição. Para os investidores e demais usuários fornecem informações de

natureza econômica e social, como também uma melhor avaliação da empresa no meio social em que está inserida (MARION, 2012; CPC 09).

A estrutura da DVA é composta por duas partes. A primeira evidencia a riqueza gerada pela entidade e a segunda, a forma de distribuição da mesma. Os principais componentes desta distribuição são: pessoal; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio (CPC 09).

O pronunciamento ainda informa que a DVA pode auxiliar órgãos municipais, estaduais ou federais em possíveis investimentos na comunidade, pois ela contempla informações que outras demonstrações não fornecem.

## **2.7 Fluxo de Caixa**

O Fluxo de Caixa é responsável por apontar as movimentações nas disponibilidades da empresa, ou seja, na conta caixa e equivalentes de determinado período. A demonstração é segregada em fluxo operacional, investimento e financiamento. Sua apresentação pode ser de forma direta ou indireta (MARION, 2012).

As informações do Fluxo de Caixa permite ao usuário avaliar a capacidade da organização em gerar fluxo de caixa e equivalente de caixa, bem como a utilização deles. A demonstração também permite comparabilidade do fluxo de caixa entre períodos diferentes da empresa. Sua não obrigatoriedade está restrita somente as empresas de capital fechado com PL inferior a 2 milhões de reais (CPC 03).

## **2.8 Notas Explicativas**

Considerada parte integrante das demonstrações, as notas explicativas devem ser divulgadas com o intuito de apresentar as políticas contábeis, as orientações para elaboração delas e informações complementares que não estão claras nas demonstrações contábeis relevantes à compreensão dos usuários (CPC

26 (R1) e Lei 6.404/76).

O pronunciamento ainda informa que a apresentação deve ser de forma sistemática e ter referências cruzadas com os itens das demonstrações contábeis, permitindo maior compreensão das informações. Exemplo de ordenação das notas explicativas:

- Divulgação de políticas contábeis;
- Fontes de incerteza nas estimativas;
- Capital;
- Instrumentos financeiros com opção de venda classificados no patrimônio líquido;
- Outras divulgações.

A publicação das demonstrações contábeis deve ser divulgada de forma fidedigna, isto é, com informações autênticas, que representem a real situação da organização. A divulgação de forma errônea pode ser caracterizada também como fraude. Com base nisso, a seção seguinte apresenta o conceito de erro e fraude e exemplos que evidenciam suas diferenças.

## **2.9 Fraude x Erro**

Para fins de credibilidade aos usuários internos e externos, os balanços publicados devem estar de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade e também demonstrar a real situação financeira e econômica da organização. Os balanços publicados de forma errada, que não retratem a realidade da organização, nem sempre são possíveis de identifica-los visualmente e podem ser caracterizados como fraude. Tanto um erro como uma fraude podem trazer grandes prejuízos não só a organização, mas também aos demais envolvidos.

O auditor, profissional habilitado, tem papel fundamental para detecção de um possível erro ou fraude. Com suas competências, é capaz de identificar o ato é após

análise, medir o efeito que trará nas demonstrações contábeis, comunicando a administração da organização para correção das mesmas e se necessário notificar no seu parecer (NBC TI 01). Sá (2005) enfatiza que o auditor deve estar atualizado nos atos fraudulentos para reconhecer um possível caso.

### **2.9.1 Fraude**

A fraude ocorre quando as partes envolvidas têm intenção de omitir ou manipular transações, registros e demonstrações contábeis alterando os resultados das demonstrações (NBC TI 01). Ela pode ocorrer para mascarar alguma transação irregular ou até mesmo do empoderamento indebita de ativos, distorcendo a realidade da organização.

A Petrobras é um exemplo recente de fraude nas suas demonstrações contábeis (ANEXO A). O Jornal Hoje (2015) cita na sua reportagem, que o resultado do balanço de 2014, teve como fatores relevantes, a fraude e o superfaturamento na construção de dois projetos da organização para o seu resultado negativo.

Nesta situação, a fraude foi caracterizada pelo superfaturamento dos projetos, tendo uma variação de milhões do projeto inicial em relação ao projeto final. Essa variação foi destinada para pagamento de propina e não em virtude do projeto, que é classificado no balanço da empresa como investimento.

A fraude traz benefícios a um grupo específico de usuários, mas acaba prejudicando muitos outros, dentre eles pessoas jurídicas, acionista/sócios, fornecedores cliente, banco, governo, empregados entre outros (SÁ, 2005).

### **2.9.2 Erro**

Erro pode ser definido como ato involuntário, se originando de negligência, imperícia, imprudência e desídia por quem é cometido (SÁ, 2005). Ocorre de forma não intencional derivado de interpretação e aplicação equivocada das normas contábeis (NBC TI 01). Outro fator que acaba induzindo ao erro é o sistema

operacional, se não parametrizado de forma correta, também provocam distorções financeira e econômica nas demonstrações.

Na contabilidade, os erros podem ocorrer em relação à estrutura, nos registros, mensuração, na divulgação dos relatórios contábeis, nas normas, interpretação e comunicados técnicos. Quando o erro é descoberto no período, devem ser corrigidos antes da publicação das demonstrações. Já os erros materiais, descobertos no período seguinte, devem ser corrigidos no exercício corrente, fazendo menção a sua origem e apresentando valores comparativos (NBCTG 23).

O erro corrigido em exercícios anteriores deve ser reapresentado de forma retroativa, exceto quando não é possível mensurar os efeitos dos períodos específicos. A retificação dos saldos de abertura no período corrente é outra opção de correção. Após a correção, as informações pertinentes ao erro devem ser divulgadas esclarecendo os devidos efeitos contábeis (NBCTG 23). Já a retificação de erro deve ser realizada somente quando tiver evidências para aplicação da nova política contábil, caso contrário não deve ser aplicado.

Nesse sentido, é disponibilizado um exemplo prático de erro em balanço publicado, envolvendo a companhia aérea TAM, nas demonstrações contábeis de 2012 (ANEXO B). Após uma análise das demonstrações, foi descoberto que a empresa registrava de forma equivocada a receita de passagens vendidas para uso futuro, onde o correto seria registrar em receitas antecipadas no passivo circulante (D’CORLE, 2014). Este caso foi caracterizado como um erro devido à deficiência de controle interno e sem o devido conhecimento das normas contábeis.

De acordo com CPC 00 (R1), a receita deve ser reconhecida no momento da prestação do serviço, quando for possível mensurar as despesas decorrentes e os benefícios econômicos resultarem para a entidade. No exemplo mencionado, o erro ocorreu no registro das receitas no ato do seu recebimento, quando seu correto registro seria em receitas antecipadas, no PC que faz com que a organização tivesse uma obrigação com o seu cliente.

Depois de constatado este erro, a empresa republicou o balanço, trazendo alterações relevantes no resultado e exemplificando nas notas explicativas os efeitos dos ajustes. Conforme o Anexo C, a nota explicativa nº 38, do balanço republicado,

foram mencionados estes ajustes a fim de esclarecer aos seus usuários.

Ambos os exemplos citados, tem como auditoria externa a PWC e KPMG, empresas de auditoria renomeadas no mercado e de grande credibilidade. Anualmente são disponibilizadas demonstrações ilustrativas com a finalidade de apresentar a regulamentação para a elaboração das demonstrações contábeis para as empresas, mas mesmo assim não estão livres de erros ou fraudes.

Uma forma de assegurar a integridade das informações nas demonstrações contábeis e proteger-se de erros e fraudes é a atuação dos órgãos fiscalizadores da profissão contábil e de publicações.

## **2.10 Conselho e órgão fiscalizador**

Os conselhos e ordens para fins de fiscalização profissional tem personalidade jurídica de direito público e condição de autarquia. Cabe aos conselhos a fiscalização de responsabilidade administrativa em relação à ética e das técnicas profissionais para aplicar as devidas penalidades estabelecidas em lei (GAMBA, 2004).

Na classe contábil, o órgão fiscalizador do exercício da profissão contábil na companhia fechada é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) juntamente com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), (Art. 76 da Lei 12.249). Seu compromisso é atuar na proteção da sociedade, usuário da informação (CFC). A presente seção apresenta o Conselho Regional de Contabilidade responsável pela fiscalização no Rio Grande do Sul.

### **2.10.1 CRC/RS**

O órgão fiscalizador da profissão e dos profissionais da contabilidade no Rio Grande do Sul é o CRC/RS. Tem como principal objetivo fiscalizar as funções desempenhadas pelo profissional contábil e técnico em contabilidade em cumprimento com a legislação vigente, como também o combate pelos não



habilitados no exercício da profissão (CRC/RS).

Em 2014 o Conselho elaborou uma cartilha com o intuito de orientar o profissional da contabilidade sobre as principais questões abordadas na fiscalização.

Quadro 4 - Cartilha de Orientação profissional da contabilidade – CRC/RS 2014

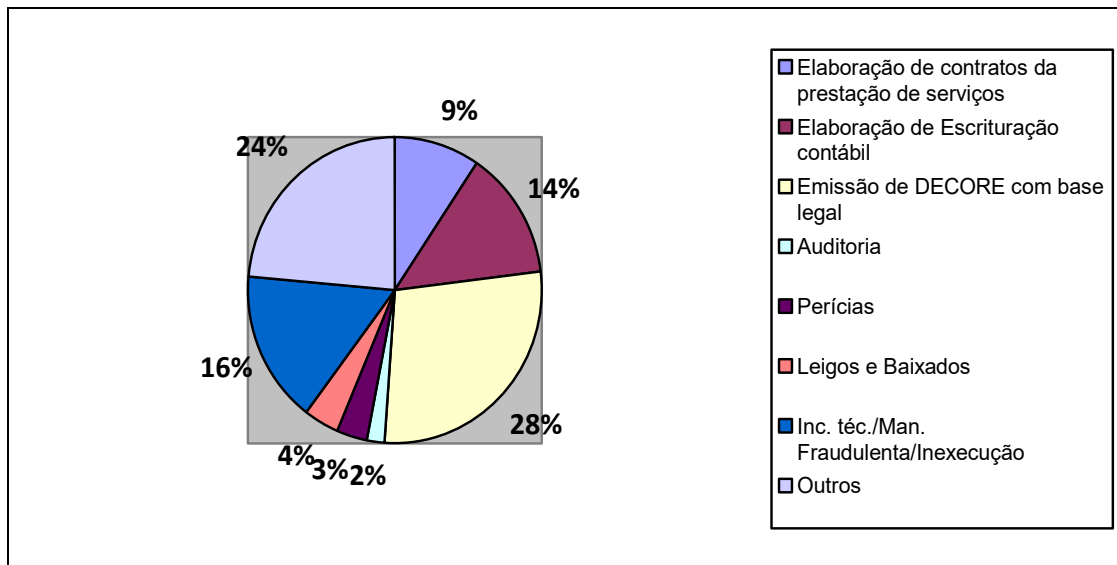
<b>Fiscalização</b>
Situação cadastral da pessoa física e da pessoa jurídica
Elaboração da escrituração contábil
Demonstrações contábeis sua estrutura
Livros contábeis obrigatórios
Existência dos contratos de prestação de serviços profissionais
DECORE
Trabalhos de perícia e auditoria
Veracidade de declarações emitidas pelos profissionais

Fonte: CRC/RS (2014).

No exercício de 2017, foram realizadas fiscalizações *in loco* (visitas) e também via eletrônica, ambas totalizando 2.416 vistorias. Dentre elas destacam-se 339 autos de infração que resultaram em processos de fiscalização (CRC/RS).

O Gráfico 1 retrata os principais autos de infrações realizadas pelo CRC/RS no exercício de 2017.

Gráfico 1 - Auto de infrações CRC/RS – 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base na cartilha do CRC/RS (2017).

No Gráfico 1, como não houve o desmembramento da irregularidade “outros”, não foi possível distinguir o percentual que representa irregularidades nas demonstrações contábeis no exercício de 2017, foco da pesquisa.

No Quadro 5, são exemplificadas algumas orientações do CRC/RS em relação as Demonstrações Contábeis.

Quadro 5 - Irregularidades das Demonstrações Contábeis – CRC/RS

<b>Balanco Patrimonial</b>
Termos de identificação do Balanço Patrimonial
Destaque dos subgrupos do Balanço Patrimonial
Segregação das contas que compõem o Ativo não circulante
Respeitar os saldos devedores e credores do B.P
Ordenação das contas do PL
Destaque para a depreciação e taxa praticada em Notas Explicativas
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>
Estrutura indevida na DRE e DRA em relação ao destaque das contas
Uso inadequado de receitas e/ou despesas não operacionais
Termos de identificação das DRE
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>
Elaboração da demonstração conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade
Termos de identificação da DMPL
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa (Exceto Micro e Pequenas empresas - NBC TG 2000)</b>
Estrutura da DFC
Termos de identificação da demonstração
<b>Demonstração do Valor Adicionado (Companhias de Capital Aberto)</b>
Estrutura da DVA
Termos de identificação da DVA
<b>Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados/ Demonstração do Resultado Abrangente</b>
Estrutura da DLPA e DRA
Utilização de outros termos para as demonstrações
<b>Notas Explicativas</b>
Contexto Operacional
Declaração da conformidade com as Normas Contábeis
Apresentação das Notas Explicativas na ordem da apresentação das demonstrações
Informação da Tributação da empresa
Informações sobre provisões dos Ativos e Passivos Contingentes
Critério de avaliação e menção do teste de recuperabilidade dos estoques

(Continua...)

Notas Explicativas
Método do cálculo da depreciação do Imobilizado
Leasing financeiro, data do início e fim como também nº do contrato
Cálculo da Amortização do Intangível
Informações sobre Empréstimos e Financiamentos
Informação sobre a composição do Capital Social
Menção a eventos subsequentes

Fonte: Adaptado pela autora com base na tabela do CRC/RS (2014).

O Quadro 5 mostra que para a maioria das demonstrações contábeis, o conselho atenta para a especificação correta da nomenclatura e da composição estrutural. Com relação a nomenclatura, a utilização irregular de outros termos nas demonstrações contábeis podem prejudicar a distinção das mesmas, além de fugir dos padrões contábeis. Já em relação à estrutura contábil, quando não mencionado em notas explicativas da sua alteração, além de estar indo contra as normas de contabilidade também prejudica o entendimento do usuário, pois não fornecerá informações relevantes para a tomada de decisão.

A cartilha elaborada pelo CRC/RS tem o intuito de prevenir os profissionais de contabilidade da fiscalização do conselho regional. Mas pode servir de alerta para o deficitário de informações básicas que podem estar sendo interpretadas de forma equivocada.

O órgão responsável pela fiscalização das publicações das demonstrações contábeis das companhias abertas é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na presente seção são apresentados as atribuições da CVM e seu ofício orientativo para as empresas referentes às publicações.

### 2.10.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A CVM tem como objetivo fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado mobiliário brasileiro das companhias abertas, permitindo ao cidadão a tomada de decisões de investimento com base em informações integras. A CVM tem autonomia de fiscalizar e impor penalidades aos infratores que descumprem a legislação vigente, tanto da entidade como das leis específicas (CVM).

Preocupada com a divulgação de informações de qualidade das demonstrações contábeis, a CVM emite ofício circular com aspectos relevantes que o auditor deve observar, juntamente com o diretor. A seguir, os temas mencionados no ofício da CVM (2018) como orientação as publicações do exercício de 2017.

- 1) *True and fair view* (visão verdadeira e justa): a informação deve ser fidedigna e relevante com a realidade da organização, caso contrário não deve ser publicado. Prevalece à primazia da essência sobre a forma, mesmo que não esteja de acordo com os Pronunciamentos técnicos, Interpretação ou Orientação do CPC, ou seja, a organização deve considerar o que condiz com sua realidade, aplicando então o “*true and fair override*” (substituição verdadeira e justa). Nesta situação, cabe ao auditor analisar a importância da informação, verificar-se a mesma se enquadra ou não no “*override*”. Também é ressaltado que, quando ocorre tal evento é indispensável sua menção nas notas explicativas justificando-a;
- 2) Gerenciamento de estrutura de capital:
  - a) Operações de *forfait*: também conhecida como desconto em duplicatas, as operações de *forfait* são antecipações de pagamentos. Seu reconhecimento deve ser a valor presente da operação, registrando as despesas financeiras além do empréstimo. Deve ser registrada a sua essência e não o termo contratual, o que acaba distorcendo as demonstrações;
  - b) Operações com Fundos de Investimentos em Participações (FIP): é um contrato formado entre controlador e companhia financeira. Seu objetivo é manter em carteira, as ações por determinado período. Em caso de vencimentos, ficando abaixo do custo, a companhia deverá ressarcir a diferença, caso contrário o lucro será compartilhado. Sua operação deve ser reconhecida como transação de financiamento com ativo em garantia (troca de fluxo de caixa) e não como venda de participação societária;
  - c) Operações com Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

(FIDC): realizados mediante arranjos contratuais, as empresas não estão reconhecendo, no ato da operação, o desreconhecimento do ativo e também na contrapartida do passivo, alterando os resultados das demonstrações contábeis;

- 3) Teste de *Impairment* (prejuízo) CPC nº 01: aplicado em ativos tangíveis, intangíveis e em especial o *goodwill*, o *impairment* evidencia se o valor recuperável do ativo é menor que o valor contábil. A CVM ressalta a importância das divulgações relevantes dos métodos utilizados, para um melhor entendimento dos usuários nas demonstrações, exemplificando a estimativa de mensuração do valor recuperável, o embasamento das projeções do fluxo de caixa, o período, a taxa de crescimento e a taxa de desconto das projeções do fluxo de caixa;
- 4) Divulgações – Notas Explicativas: a divulgação das informações deve ser relevante para auxílio dos usuários. Dentre estas informações, destacam-se:
  - a) Declaração de conformidade das declarações contábeis;
  - b) Notas explicativas elucidativas (informações relevantes de acordo com as exigências das divulgações vigentes) e não elucidativas (excesso de informações não relevantes reportando desserviço);
  - c) Fontes de incerteza (CPC 26 (R1), item 125) representam risco considerável de ajustes contábeis nos próximos exercícios esclarecendo o usuário na tomada de decisões;
  - d) Julgamento da Administração da companhia - *going concern* (preocupação em curso): de acordo com o CPC 26 (R1) a empresa tem pressuposto da continuidade, quando há incertezas relevantes da sua capacidade de continuidade, elas devem ser publicadas;
  - e) Novas Normas Contábeis: quando novas normas contábeis entram em vigor e não são aplicadas antecipadamente a sua exigibilidade, devem ser mencionadas nas publicações o pronunciamento técnico, o período em que será aplicada bem como o impacto sobre as demonstrações

(CPC 23, item 30 e 31).

- 5) Instrumentos Financeiros: neste item é reforçada a ideia, da aplicação e conceito de compulsão econômica, que isoladamente não se enquadra em um passivo financeiro, devendo ser analisado todo o acordo contratual para definir sua classificação. A CVM destaca também a contabilização do *Hedge Accounting* (contabilidade) e a importância de mencionar nas notas explicativas, as alterações na sua política contábil e o teste de *impairment* referente às alterações das provisões de perda incorrida para perda esperada;
- 6) Reconhecimento da receita - POC: IFRS nº15 x IFRS nº 15: traz as mudanças do reconhecimento de receitas proveniente de contratos com clientes, de acordo com o novo CPC 47. Após a efetivação do contrato do produto ou serviço, a organização deve fazer uma análise e verificar qual o método de reconhecimento que será utilizado, sempre refletindo sua real situação;
- 7) Combinação de negócios: são operações de negócios entre entidades que resultam na venda de ações remanescentes de não controladores, não havendo o reconhecimento do passivo. A organização deve estar atenta a aplicação da política contábil que representa a operação. A CVM também destaca para o período da mensuração do “*goodwill*” e as instruções da própria instituição e do ICPC nº 9;
- 8) Mudança de políticas contábeis: qualquer mudança incorrida em razão de pronunciamento contábil, norma ou retificação de erros, que mude a política contábil de uma empresa, deve ser divulgada as informações relevantes dos ajustes efetuados, para comparabilidade e confiabilidade das demonstrações contábeis aos seus usuários;
- 9) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos: neste item é reforçada a publicação nas notas explicativas em relação ao período de realização do ativo fiscal diferido, bem como o efeito em caso de alteração na sua realização e quais ações se resultaram;

10) Equivalente de caixa: LFTs: de acordo com o CPC 06, são aqueles mantidos para revenda de alta liquidez de curto prazo (até três meses da data de aquisição) e que não se enquadram em investimentos ou outros fins. Para a CVM (2018), o critério a ser analisado no enquadramento como equivalente de caixa, é a sua mensuração do reconhecimento contábil.

Conforme o art.177, inciso 6º da lei societária 6.404/76 a companhia fechada, também poderá optar em seguir as normas das companhias abertas, expedidas pela CVM para publicação das demonstrações contábeis.

O profissional contábil que não atender as normas contábeis e for penalizado, responderá solidariamente com a autuação, que será detalhado a seguir, juntamente com formas de prevenção.

## **2.11 Responsabilidade solidária**

O contador no alto de suas atribuições é o principal responsável pelos atos junto aos clientes, fundamentalmente quando houver um ato de conduta culposa. Entretanto, quando o ato for doloso, ocorrerá a responsabilidade solidária entre contador e cliente, conforme consta no artigo 1.177 parágrafo único do código Civil 10.406 de 2002.

Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Ou seja, tanto o contador como o empresário são responsáveis por atos dolosos contra terceiros e responderão na justiça civil e criminal por eles (cartilha CRC/PR, [2002 ou 2003]).

Uma forma de prevenção contra tipos de irregularidades nas demonstrações contábeis são implementações de ferramentas de *compliance*.

### 2.11.1 *Compliance*

Derivado do inglês “*to comply*”, significa estar em conformidade com o que é imposto, seja através de regulamentação ou lei. Além das ferramentas legais, também condiz com o código de conduta e os princípios estabelecidos da entidade. Blok (2017) ainda acrescenta que, mesmo obedecendo à legislação, ações que prejudiquem os usuários acabam comprometendo a reputação e a credibilidade, bem como a continuidade do negócio.

A adoção do *compliance* traz benefícios para as organizações e também para a sociedade, pois, além de apresentar vantagens competitivas, traz qualidade, segurança e boas práticas da conduta corporativa. Silva e Covac (2015) acrescentam ainda que além dos benefícios, é possível utilizá-lo como um plano gerencial e de negócios.

Para Silva e Covac (2015, p. 2) o *compliance* “[...] tornou-se um vetor para a proteção da integridade das organizações, reduzindo riscos e aprimorando controles imprescindíveis para a tomada de decisões”.

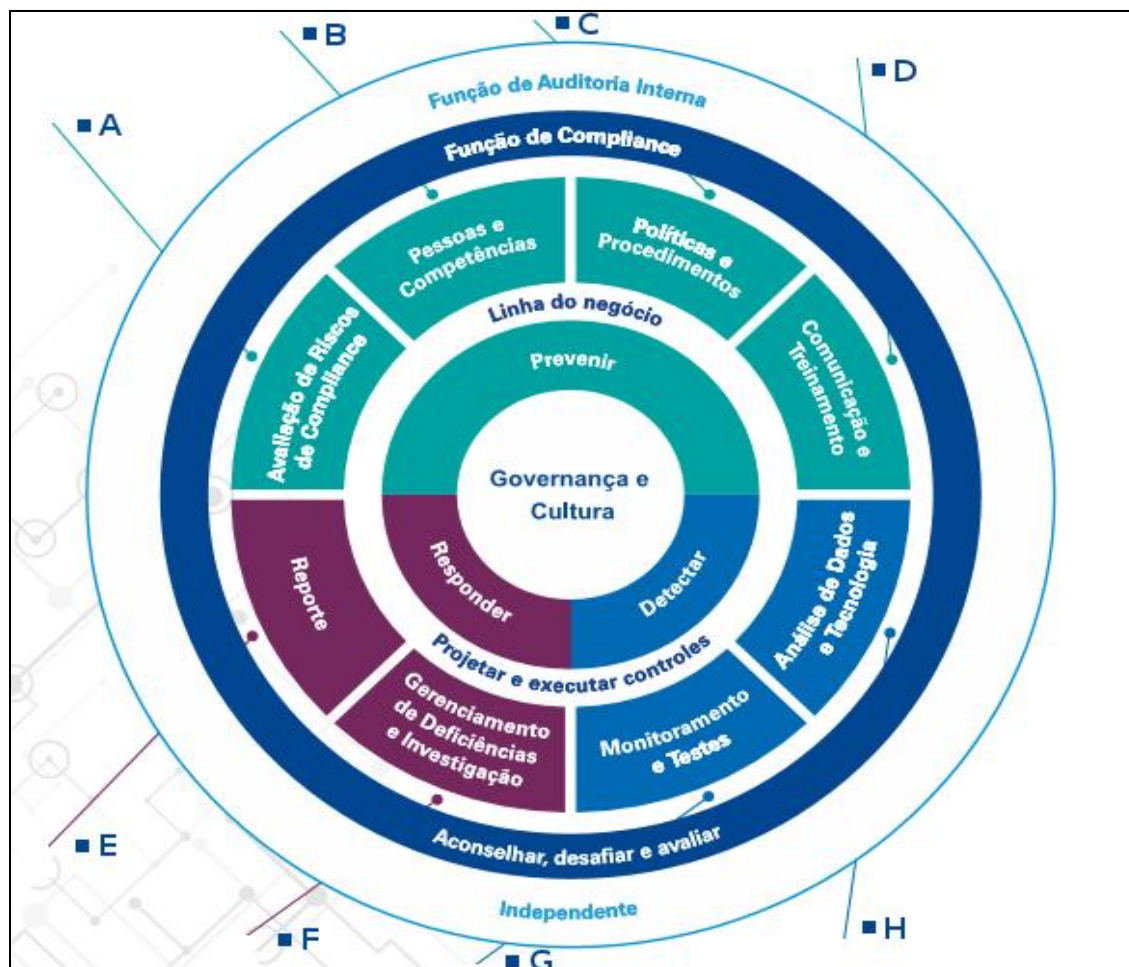
Considerado como um mecanismo para evitar atos ilícitos, dentro do programa *compliance* existe ainda o *compliance office*, onde são atribuídas responsabilidades a outros membros e que também responderão por *compliance* criminal dos dolos, caso comprovada sua participação em atos ilícitos (SILVEIRA, SADD-DINIZ; SILVA, COVAC, 2015).

Os programas de *compliance*, além de prevenir atos ilícitos, também têm por objetivo aperfeiçoar a responsabilidade individual e jurídica. Para sua elaboração segundo Silvera e Sadd Diniz (2015), é essencial a criação de um roteiro sistemático, que contemple a inserção das redes normativas internas, programas de controle interno por meio de conduta das operações, estabelecimento e programas organizacionais da produção, assim como medidas de controle e transparência.

A KPMG (2017) na sua 2ª edição da pesquisa da maturidade do *compliance* nas empresas brasileiras disponibilizou uma estrutura de programa desenvolvida por ela, alinhando as boas práticas de um programa, conforme mostra a Figura 1.



Figura 1 - Metodologia do programa de *compliance*



Fonte: Alterado pela autora com base na KPMG (2017, p. 02).

Para a KPMG, a estrutura do programa é composta por:

- A. Especificação das regulamentações e classificação dos riscos da *compliance* e avaliação do risco residual;
- B. Destinação dos papéis e responsabilidades, acompanhamento do desempenho, incentivos e medidas disciplinares a todos envolvidos;
- C. Políticas e procedimentos antes da incorporação do programa e depois;
- D. Comunicação e treinamentos regulares baseados em riscos, reforço da cultura e comprometimento do programa;
- E. Comunicação entre o conselho e a diretoria, relatórios de riscos regulatórios e manutenção de dados;

- F. Protocolo de relatos, respostas e um plano de respostas às investigações, e investigações por parte da empresa as não conformidades;
- G. Monitoramento, testes e avaliação do programa;
- H. Tecnologia para executar o programa, medidas de prevenção e relatórios das atividades do programa.

A pesquisa ainda constatou que apesar das empresas considera o *compliance* como um investimento por ser tratar de um redutor de riscos e de má conduta reconhece que é preciso uma melhora na efetividade, eficiência e sustentabilidade do programa (KPMG, 2017).

Por fim, no Brasil, a lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, trata sobre a responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica pelos atos lesivos praticados contra a o poder público, nacional ou estrangeiro (BLOK, 2017). Desta forma, a lei também acaba sendo uma ferramenta de combate à fraude.

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações da situação patrimonial e econômica da organização, úteis para a tomada de decisões. Dessa forma, o *compliance* auxilia no cumprimento destes objetivos, assegurando a qualidade e confiabilidade destas informações. Por fim, há os órgãos fiscalizadores, que são responsáveis pela regulamentação da profissão contábil. Todos esses conjuntos de mecanismos visam fornecer informações mais seguras para os interessados, que são os usuários da informação.

## **2.12 Usuários da informação**

São considerados usuários da informação, os *stakeholders*, ou seja, todas as partes envolvidas/interessadas que necessitam de informações para a tomada de decisão. As informações variam de acordo com a necessidade de cada pessoa e da complexidade da informação (CUNHA, 2015).

Iudicibus (2015) lista os tipos dos usuários, tanto internos como externos das informações contábeis e suas informações mais requisitadas:

- Acionista minoritário: informações a cerca do fluxo regular de dividendos;
- Acionista majoritário ou com grande participação: informações a cerca dos fluxos de dividendos, valor da ação e também lucro por ação;
- Acionista preferencial: informações a cerca dos fluxos de dividendos mínimos ou fixos;
- Emprestadores em geral: informações a cerca do fluxo de caixa, para receber o valor emprestado mais os juros, com segurança;
- Entidades governamentais: informações a cerca do valor adicionado, que evidencia a geração e distribuição da riqueza da organização, como também produtividade e lucro tributável.
- Empregados/assalariados: informações a cerca do fluxo de caixa futuro para manutenção dos salários e liquidez da organização;
- Média e alta administração: informações acerca do retorno sobre o ativo e patrimônio líquido, como também situação de liquidez e endividamento.

Para o autor, os usuários internos, diretores e empregados, por exemplo, as demonstrações são relevantes para conhecimento da estabilidade e lucratividade da organização. Também pode-se ressaltar o interesse pela informação da continuidade empresarial. Já em relação aos usuários externos, tais como governo, investidores, bancos, clientes e público em geral, que abrange a maior parte, tem interesse em analisar o risco do investimento e retorno, a empregabilidade, a continuidade, a capacidade de pagamento e a destinação dos recursos.

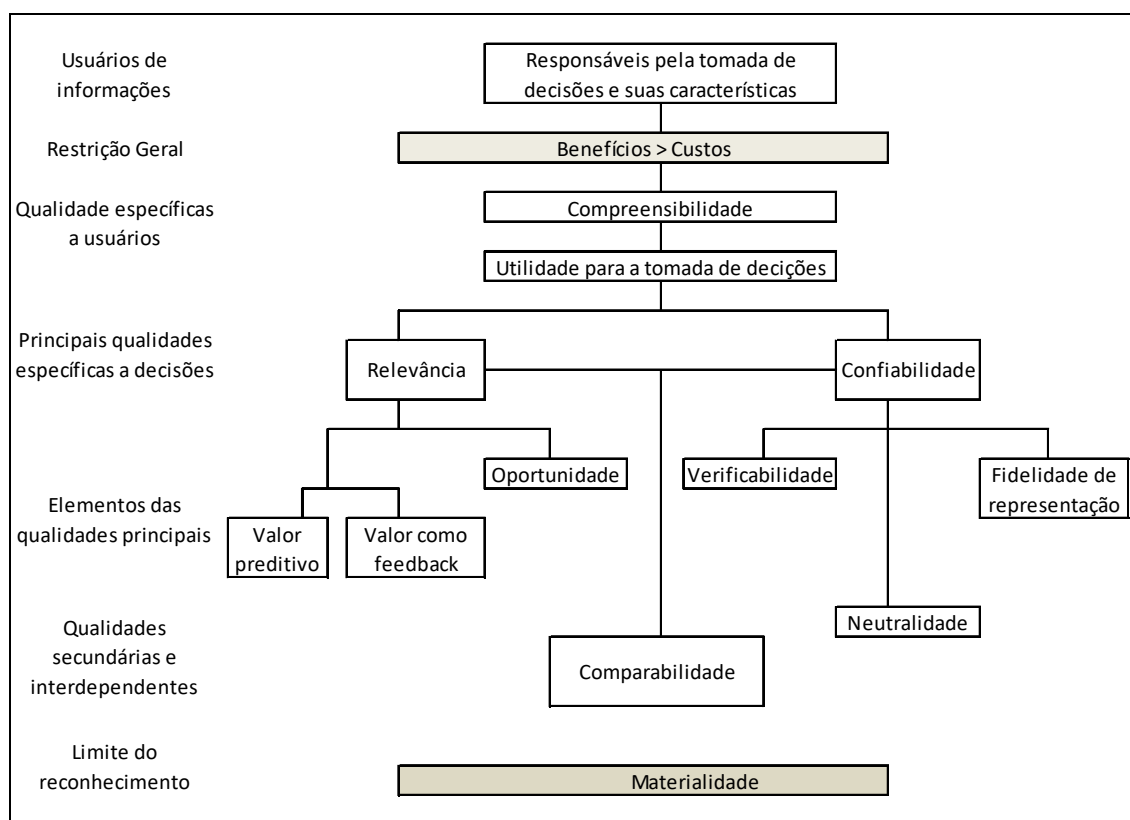
Iudicibus (2015, p. 04), comenta que o objetivo das demonstrações contábeis, é “[...] prover informação útil para a tomada de decisões econômicas” Devido a grande variedade de usuários, os demonstrativos devem apresentar as mais variadas informações que atendam as necessidades de cada um. Santos (2014) complementa que as demonstrações devem ser claras e ordenadas de forma que possam ser interpretadas por qualquer pessoa.

O CPC 00 (R1), cita que as informações contábil-financeiras apresentadas

devem ter características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e características qualitativas de melhorias (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade). Estas características, além de auxiliar os usuários da informação, fornecem maior credibilidade para a tomada de decisões.

Hendriksen e Van Breda (2012) ilustram de forma simples e objetiva o ordenamento das características qualitativas em contabilidade.

Figura 2 - Uma hierarquia de qualidades em contabilidade



Fonte: Hendriksen e Van Breda (2012, p. 96).

A Figura 2 demonstra que, para a informação ter qualidade, deve ser compreensiva, com uma linguagem adequada, para o entendimento dos usuários. A sua relevância e confiabilidade são primordiais para a tomada de decisão. A informação relevante deve ser oportuna e pertinente à questão que está sendo analisada. Já em relação à confiabilidade, os demonstrativos devem condizer com a realidade da organização, serem neutros e livres de irregularidades.

A comparabilidade é essencial para possibilitar a comparação entre períodos

da organização, como também a comparação de duas ou mais empresas. Por fim, os autores citam a materialidade, que refere-se à publicação de informações que auxiliam a tomada de decisão.

A natureza do usuário é primordial para identificar o tipo de informação que ele necessita. Uma informação considerada relevante para um grupo de usuários pode não ter a mesma relevância para outros com um conhecimento mais amplo. Hendriksen e Breda (2012) ainda complementam que há exceções como a característica da oportunidade da informação, que independente da natureza do usuário, é oportuna para a tomada de decisão. Já outras características das informações vão depender das decisões particulares de cada usuário.

No Quadro 6 são citados os impactos da divulgação e não divulgação das informações nas demonstrações contábeis.

Quadro 6 – Impactos da divulgação e não divulgação das informações nas demonstrações contábeis

<b>Informação</b>	<b>Impactos</b>
Fontes de Incertezas	Devem ser divulgados pressupostos relativos ao futuro da organização ou estimativas ao término do exercício, quando possuírem riscos materiais significativos nos valores de ativo e passivo para o exercício seguinte.
Divulgação	O usuário terá a informação acerca dos pressupostos relativos ao futuro da organização; transparência; informação relevante para a tomada de decisão; informação dos possíveis riscos e as ações por parte da empresa para supri-los; prudência da informação; materialidade.
Não divulgação	Investimento ou abertura de crédito com alto grau de risco; desconhecimento de futuras estimativas e restrições da organização.
Mudanças de Políticas contábeis	Devem ser divulgadas quando a organização julgar que a informação será melhor compreendida pelos usuários e quando refletir no desempenho financeiro da entidade.
Divulgação	Confiabilidade; comparabilidade entre os períodos para identificar tendências na posição patrimonial, financeira e no desempenho; informação relevante e confiável das operações; transparência; demonstrações fidedignas com a realidade da entidade; baixo nível de risco.
Não divulgação	O usuário não tem como comparar as demonstrações contábeis e as tendências para o futuro da organização; de analisar a real situação como também o alto risco de investimento.
Reconhecimento da Receita	A organização deve reconhecer a receita quando os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e que podem ser mensurados.
Registro correto	Tempestividade das operações; primazia da essência sobre a forma, registrado a receita na sua ocorrência e não na formalidade; demonstração contábil de acordo com as normas.
Registro equivocado	Registro das receitas sem as devidas despesas incorridas.

(Continua...)

(Conclusão)

<b>Informação</b>	<b>Impactos</b>
Notas Explicativas	As notas explicativas devem ser emitidas com a finalidade de trazer compreensibilidade, relevância, materialidade, integridade, comparabilidade, tempestividade, confiabilidade, prudência e a essência sobre a forma das informações.
Divulgação	Informações relevantes e complementares que não estão claras no corpo das demonstrações contábeis ou que podem impactar no critério de avaliação; o critério das práticas contábeis; qualidade das informações; mensuração de risco para a instituição financeira.
Não divulgação	Prejudicam o usuário na análise e tomada de decisão; incomparabilidade; falta de transparência e precipitação na tomada de decisão.
Teste de <i>Impairment</i>	Avaliação dos ativos da organização
Divulgação	Integridade da informação; obsolescência dos ativos; demonstrações fidedignas.
Não divulgação	Ativo acima do real; demonstração com informações errôneas.

Fonte: Elaborada pela autora com base no CPC 23, 26 (R1) e Padoveze (2010).

Para os usuários externos, irregularidades em demonstrações publicadas podem aumentar o grau de risco dos investimentos. Para a organização, a falha pode afetar o desempenho financeiro fazendo-o estagnar no mercado devido a equívocos desconhecidos. Já para os usuários internos, pode provocar a dúvida em relação à continuidade como também uma falsa ilusão de estabilidade no mercado.

## 2.13 Estudos correlatos

Os estudos correlatos realizados em outras instituições de ensino, no curso de Ciências Contábeis são importantes para comparação de resultados obtidos por outros pesquisadores com os resultados desta pesquisa.

### 2.13.1 Universidade de Brasília (UB)

Damascena (2011) realizou uma dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, com o objetivo de “[...] verificar se variáveis contábeis e não contábeis tem influência sobre a emissão de pareceres de auditoria com ressalvas e/ou parágrafos de ênfase nas companhias abertas brasileiras” Damascena (2011, p. 22). A pesquisa foi realizada no período de 2006 a 2008 com uma amostra de 1.466 relatórios de auditores independentes, nas companhias

listadas na Bovespa.

O autor aponta que no ano de 2008, devido a alterações na lei 6.404/76 em virtude da lei 11.638/07, houve um aumento de pareceres com parágrafo de ênfase devido às recomendações da Ibracon. Com essa recomendação, foram elaborados 233 pareceres com parágrafo de ênfase padrão, desconsiderados para efeito de comparação com os demais anos, com exceção dos que apresentaram pareceres com ressalva (DAMASCENA, 2011).

A pesquisa de Damascena (2011), demonstrou que nos anos de 2006, 2007 e 2008 os pareceres com ressalvas e/ou parágrafos de ênfase representaram 44%, 39% e 48% respectivamente.

Os eventos com maior incidência na pesquisa de Damascena (2011), nos pareceres com ressalva, tratam-se de limitação de escopo ou restrição dos procedimentos/trabalho de auditoria, impossibilidade de formar opinião ou de concluir sobre a adequação de certos saldos, créditos tributários, falta de exame de auditoria, falta de registro de alguma operação ou transação e incertezas da recuperação de ativos em sua totalidade.

Em relação aos pareceres com parágrafos de ênfase mais recorrentes, referem-se a prejuízos do exercício, passivo a descoberto (PL negativo), deficiência de capital de giro, discussões judiciais, créditos tributários, incerteza de realização de contas a receber, ativo e passivo sujeitos a modificações subordinados à decisões judiciais, reposicionamento de tarifário homologado pela Aneel e falta de exame de auditoria de demonstrações no exercício atual ou anterior.

As variáveis contábeis e não contábeis possuem relação direta nas demonstrações contábeis. Nos pareceres com ressalva, ficou evidenciado que quanto maior o valor de mercado da empresa, menor é a probabilidade de ter ressalvas, devido aos sistemas e controles internos. Já em relação a ocorrência de parágrafos de ênfase, apenas a liquidez corrente foi considerada como variável contábil relevante e as demais apresentaram significância estática (DAMASCENA, 2011).

### 2.13.2 Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília

Marques et al. (2016, p. 1), realizaram uma pesquisa com o objetivo de “[...] analisar as características das republicações/refazimentos das demonstrações contábeis das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, no período de 1997 a 2012”. A amostra do estudo foi de 5.608 demonstrações contábeis e relatórios de auditoria para análise e estatística descritiva. Do total da amostra, 1.495 foram republicadas das quais, 905 apresentavam os dados sobre os motivos das republicações. Destas amostras, 22,87% representam republicações quantitativas e 77,13% republicações qualitativas.

As republicações quantitativas estão distribuídas da seguinte forma, alteração nas notas explicativas 0,11%, alteração no valor da JCSP 0,22%, divulgação/alteração de proposta no orçamento de capital 0,33%, emissão de valores mobiliários 0,44%, quantidade de ações 5,08%, alteração de unidade de medida 8,29% e alteração nas demonstrações contábeis 8,40%. Já as republicações qualitativas estão distribuídas da seguinte forma, apresentação de novo canal de divulgação 0,11%, reapresentação sem alterações a pedido da CVM 0,11%, alteração de divulgação ao mercado 0,55%, alteração na proposta de dividendos 0,77%, entrega de DFP de períodos anteriores 0,66%, emissão de valores mobiliários 1,10%, reenvio em decorrência de erro no processo de envio 1,33%, alteração nas demonstrações contábeis 3,31%, atualização do software de envio a CVM 3,54%, alteração no parecer dos auditores 6,74%, alteração nas notas explicativas 18,78%, alteração no relatório de administração 16,35% e atualização/correção de dados cadastrais 23,76% (MARQUES et al., 2016).

Marques, et al. (2016) salienta que, as principais características das republicações são eventos que prejudicam a qualidade e consequentemente a credibilidade das informações contábeis. O autor ainda comenta que embora tenha havido uma tendência do crescimento das republicações, foi proporcional ao crescimento de quantidades de empresas listadas.



### 2.13.3 Comparação entre os estudos

Para melhor entender e posteriormente comparar os estudos correlatos, é apresentado o Quadro 7.

Quadro 7 - Comparação entre os estudos correlatos

	Universidade de Brasília	Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília
<b>Período da realização da pesquisa</b>	2006 a 2008	1997 a 2012
<b>População da amostra</b>	Companhias listadas na Bovespa	Empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa
<b>Objetivo</b>	Verificar as variáveis nos Pareceres de auditoria com ressalva e/ou parágrafos ênfase	Análise das características das Republicações e Refazimento das demonstrações contábeis
<b>Amostra</b>	1.446	5.608
<b>Pareceres e Republicações</b>	Em 2006 representaram 44%, em 2007 39% e em 2008 48%.	26,66% foram republicadas, sendo que 60,53% apresentaram os motivos. 22,87 representam republicações quantitativas e 77,13% republicações qualitativas.
<b>Eventos nos pareceres</b>	<b>Com ressalva:</b> créditos tributários, incerteza da recuperação dos ativos em sua totalidade, entre outros. <b>Com parágrafo de ênfase:</b> são prejuízos no exercício/recorrente ou contínuos, passivo a descoberto (PL negativo), deficiência de capital de giro, discussões judiciais, créditos tributários, incerteza de realização de contas a receber.	
<b>Motivos das republicações</b>		<b>Quantitativos:</b> alterações nas notas explicativas 0,11%; alterações nas demonstrações contábeis 8,4%; quantidades de ações 5,08%; entre outros. <b>Qualitativos:</b> alteração na proposta de dividendos 0,77%, alteração nas demonstrações contábeis 3,31%, alteração no parecer dos auditores 6,74%, alteração nas notas explicativas 18,78%, alteração no relatório de administração 16,35%, entre outros.

Fonte: Da autora (2018).

No Quadro 7, percebe-se algumas diferenças entre os estudos correlatos relacionados. Além do volume da amostra, há também a questão da temporalidade

das pesquisas. A amostra da pesquisa de ambos concentrou-se em empresas listadas na Bovespa. Damascena (2011) menciona que o período da pesquisa pode ser um fator delimitador devido à lei 11.638/2007 não estar totalmente consolidada ao final do ano de 2010, e com isso, poderiam apresentar diferentes resultados no caso de uma nova pesquisa. Já Marques (2016) usa como delimitador, estatística descritiva mais ampla para análise das republicações e caso utilizasse uma análise mais específica, assim como Damascena, poderiam apresentar também diferentes resultados.

No próximo capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos dessa pesquisa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No presente capítulo são abordados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Para Gil (2008) os métodos visam proporcionar, além dos meios técnicos, a orientação necessária para a realização da pesquisa, desde a obtenção, processamento e validação dos dados.

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

O tipo de pesquisa traz esclarecimento quanto ao modo de abordagem, quanto ao objetivo geral e também aos procedimentos técnicos para a realização da mesma (CHEMIN, 2015).

##### **3.1.1 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem**

Quanto ao modo de abordagem, essa pesquisa é qualitativa e quantitativa.

Para Beuren et al., (2013, p. 92), na pesquisa qualitativa “[...] concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. De forma simples e objetiva, Marconi e Lakatos (2017) cita que este modo de abordagem oferece riqueza de dados descritivos, evidenciando a realidade de forma complexa e contextualizada.

Essa pesquisa é qualitativa pela análise e descrição das irregularidades nas demonstrações contábeis.

Já a pesquisa quantitativa é caracterizada pelas técnicas estatísticas, que vai da coleta ao tratamento dos dados (BEUREN et al., 2013). Essa pesquisa é quantitativa na evidenciação da quantidade de irregularidades nas demonstrações publicadas em relação à amostragem.

### **3.1.2 Caracterização da pesquisa segundo o objetivo geral**

Quanto ao objetivo geral, a investigação do objeto é por meio de pesquisa descritiva e exploratória.

Para Chemin (2015, p. 58) a pesquisa descritiva “[...] é descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer as relações entre as variáveis”. Gil (2008) complementa que uma das características na pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas na coleta de dados.

A pesquisa é descritiva no tratamento de dados das publicações.

Já a pesquisa exploratória permite ao pesquisador maior familiaridade com o assunto. Através da sua exploração, é capaz de criar hipóteses, antes distintas (MARCONI, LAKATOS, 2017; GIL, 2008).

Essa pesquisa é exploratória no tratamento das demonstrações contábeis. Ainda não objeto neste tipo de análise, foi possível verificar se estão sendo emitidas de acordo com a legislação.

### **3.1.3 Caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos**

Quanto aos procedimentos técnicos, essa pesquisa pode ser definida como pesquisa bibliográfica e documental.

Gil (2008) define a pesquisa bibliográfica elaborada de material já preparado, como por exemplo, livros e artigos científicos. O autor ainda enfatiza que a principal vantagem em realizar uma pesquisa neste molde, é a possibilidade de gerar eventos mais amplos se comparado com uma pesquisa direta.

Neste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica nas pesquisas em livros, legislação como também nos estudos correlatos.

A pesquisa documental é diferenciada pela natureza das fontes. Baueren et al. (2013, p. 89) cita que a “[...] a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que pode ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Os documentos para realização da pesquisa são considerados de fonte primária e secundária. A primeira pela utilização de reportagens e documentos oficiais e a segunda pelas contribuições já publicadas (CHEMIN, 2015).

Neste trabalho foi utilizada a pesquisa documental em dados extraídos das demonstrações contábeis.

### **3.2 População e amostra de estudo**

Segundo Chemin, (2015) a população e amostra de estudo mostram o universo que será investigado, a forma que será selecionada e a extensão da amostra. A população analisada são as publicações de demonstrações contábeis de empresas no Rio Grande do Sul, referentes ao exercício de 2017.

A amostra desta pesquisa foi extraída do Diário Oficial no período de janeiro a abril de 2018. A técnica de amostragem foi não probabilística e de forma intencional. A partir de um grupo pré-estabelecido, demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2017, publicadas no Diário Oficial do Estado (BAUEREN et al., 2013).

### **3.3 Coleta de dados**

É a descrição das técnicas utilizadas para a coleta de dados, dos procedimentos técnicos e metodológicos (CHEMIN, 2015).

A coleta foi realizada pelo *síte* da Procergs (Cia de processamento de dados do Estado do Rio Grande do Sul) onde foi acessado o Diário Oficial. A pesquisa no Diário Oficial foi realizada através de uma “busca avançada” por data, onde foi

verificadas publicações de balanços. As demonstrações foram relacionadas em uma planilha com a respectiva data da publicação e sua página, para posteriormente tratamento dos dados.

### 3.4 Tratamento dos dados

Conforme citado anteriormente, para o tratamento dos dados, foi utilizado o *checklist* criado a partir das demonstrações contábeis ilustrativas da KPMG auditores independentes e pela *Price Waterhouse Cooper* (PWC). O *checklist* é considerado uma técnica para medir se a população pesquisa dispõe de elementos para a aplicação de uma técnica estabelecida, no qual é elaborado um roteiro de itens que posteriormente devem ser analisados pela amostra da pesquisa (BEUREN et al., 2013). Tem como principal objetivo verificar se a população de amostra aplica todos os elementos necessários para a sua efetivação.

As demonstrações contábeis ilustrativas foram criadas com o intuito de auxiliar na preparação e divulgação, portanto será utilizada como modelo padrão para verificar se estão sendo emitidas sem irregularidades na população em amostra.

No Apêndice A, o *checklist* é apresentado da seguinte forma: na primeira coluna estão relacionadas à nomenclatura das contas contábeis de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade; na segunda coluna a norma contábil do Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), demonstrada da seguinte forma: “CPC 26.54 (i)”, onde o “CPC 26” refere-se ao pronunciamento, “54” ao parágrafo e “(i)” à alínea; na terceira coluna a referência da *International Accounting Standard* (IAS), apresentada da mesma forma: “IAS 1.54 (i)”, onde “IAS 1” refere-se à norma internacional, “54” ao parágrafo e “(i)” à alínea; e por fim é representada na quarta coluna a *International Financial Reporting Standards* (IFRS), seguindo a mesma lógica das anteriores: “IFRS 7.8 (a)”, onde “IFRS 7” representa a norma, “8” o parágrafo e “(a)” a alínea.

As empresas da amostra foram classificadas pelo tipo de capital, atividade econômica, idade, total de ativo, total do PL, faturamento, região de localização e se

possuem ou não auditoria (interna e externa).

Para a classificação do tipo de capital, atividade econômica e idade foram realizadas uma pesquisa pelo cartão CNPJ da empresa. Vale ressaltar que da atividade econômica foi utilizada a atividade econômica principal de cada amostra. Já em relação à região, foi realizada a pesquisa na Fundação de Economia e Estatística (FEE).

### 3.5 Análise dos dados

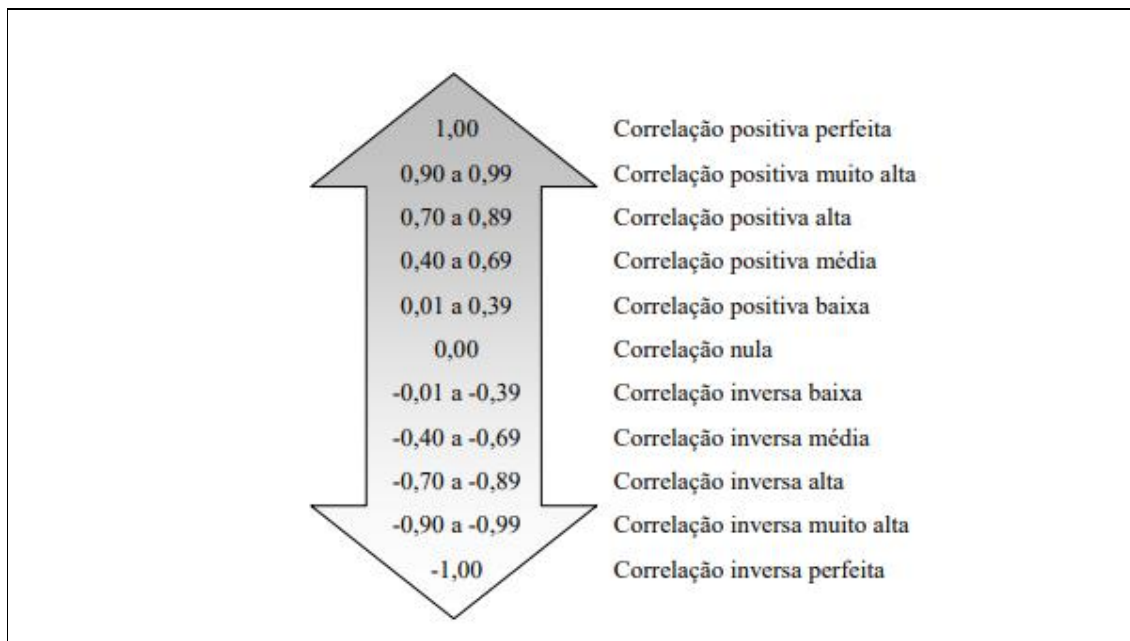
GIL (2008, p. 156) define que a análise de dados “[...] tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

Para a análise quantitativa, foi utilizada a análise estatística dos dados. Além de contribuir para a caracterização e resumo dos dados, também serve de apoio à aplicabilidade para além da amostra estudada (GIL, 2008). Para o autor, os recursos para utilização desta análise é a estatística descritiva que possibilita a caracterização típica do grupo, a variabilidade e a distribuição dos indivíduos em relação a determinadas variáveis. Nesta pesquisa, foi possível verificar a quantidade de irregularidades em relação ao total da amostra.

Para análise qualitativa, foi utilizada a análise interpretativa, para verificar se as demonstrações contábeis estão de acordo com as normas. Através da coleta e tratamento dos dados foi possível interpretar os resultados em relação à amostra bem como criar hipóteses para toda a classe contábil no Rio Grande do Sul, comparando o *checklist* do CRC/RS das irregularidades nas demonstrações com os estudos correlatos.

Ainda foi realizada a análise de correlação utilizando-se a função CORREL, integrante do aplicativo Microsoft Excel 2010 que calcula a correlação entre duas ou mais variáveis, a fim de determinar se tem significância ou não. Segundo Azeredo (2008), a classificação dos índices de correlação pode ser conforme a Figura 3.

Figura 3 - Intervalos de classificação dos índices de correlação



Fonte: Azeredo, 2008 (p.118).

### 3.6 Limitação da pesquisa

A pesquisa em questão apresenta algumas limitações que podem interferir nos resultados. Uma é em relação à aplicabilidade do *checklist* nas demonstrações contábeis da população em amostra. Devido ao tamanho da amostra, o tempo para a coleta de dados foi um limitador para a realização na amostra pretendida. Outro fator de limitação é em relação à comparabilidade dos estudos correlatos com esta pesquisa. Os estudos em questão abrangem companhias abertas da Bovespa, portanto em nível de amostra não foi possível comparar os resultados.

Também pode-se ressaltar a limitação em relação ao tratamento das publicações e a análise dos dados, que foi considerado somente a partir do que estava publicado. Portanto, caso seja encontrada uma irregularidades, não será possível analisar sua intencionalidade. E por fim, o limitador em função das alterações legislativas das normas contábeis, onde o tratamento dos balanços patrimoniais foi elaborado conforme a legislação contábil até 31 de dezembro de 2017 e revisão CPC 12, sendo assim, alterações posteriores não se fará parte da pesquisa.



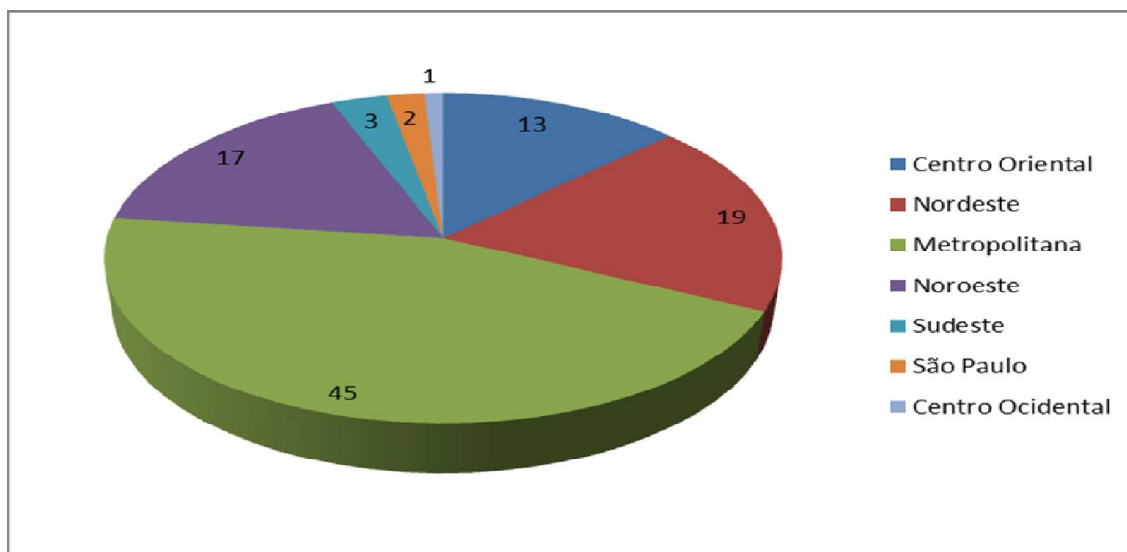
## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da coleta de dados.

### 4.1 Perfil da amostra do estudo

A partir dos dados coletados da amostra, foi possível traçar o perfil das empresas analisadas. A pesquisa realizada totalizou o número de 100 (cem) empresas, das quais somente duas encontram-se fora do Estado do Rio Grande do Sul. O Gráfico 2 mostra a região geográfica das empresas.

Gráfico 2 - Região geográfica das empresas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

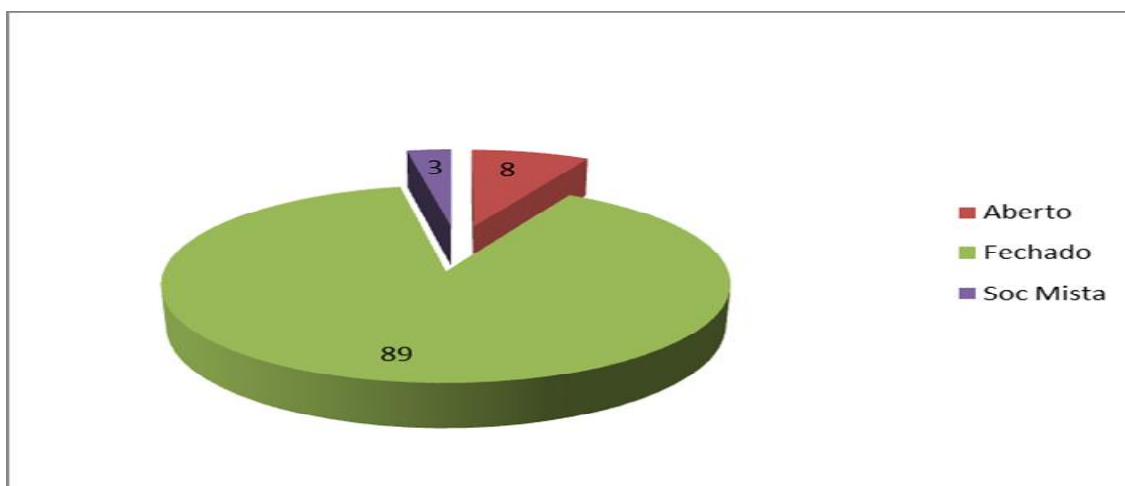
Analisando os dados de localização das empresas, percebe-se que a região metropolitana tem uma evidência maior entre as demais regiões com 45 empresas. Destas 45 empresas, 31 empresas estão situadas na cidade de Porto Alegre, destacando-se das demais cidades. Dentre as demais regiões, a cidade de Caxias do Sul, localizada na região nordeste, é a que possui maior representação de empresas, com 12% da totalidade. Em toda a amostra, 30 cidades foram contabilizadas.

Em relação ao tipo de capital das empresas, somente 8% possuem capital aberto. Dentre elas, 50% encontram-se na região metropolitana, enquanto que as demais estão posicionadas nas regiões noroeste, nordeste e centro Oriental. Vale ressaltar também que uma empresa de capital aberto possui sede no estado de São Paulo.

Das 89 empresas que possuem capital fechado, 39% localizam-se na região metropolitana, 17% na região nordeste e 16% da região noroeste. As demais empresas estão distribuídas nas demais regiões. Já em relação às empresas de capital mista, 2 estão localizadas na cidade de Porto Alegre e 1 na cidade de Caxias do Sul. Individualizou-se para tentar identificar se há influência dos órgãos municipais e estaduais para a publicação de demonstrações contábeis livres de irregularidades.

O Gráfico 3 apresenta a divisão do tipo de capital das empresas analisadas.

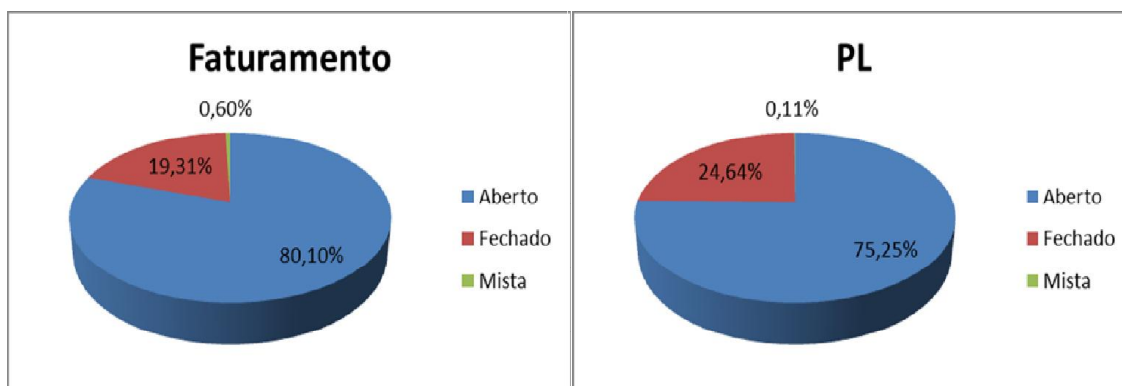
Gráfico 3 - Tipo (divisão) do capital das empresas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Também foi analisado o faturamento e o patrimônio líquido das empresas em relação ao tipo de capital. O Gráfico 4 mostra o resultado desta análise.

Gráfico 4 - Faturamento e PL em relação ao tipo de capital.

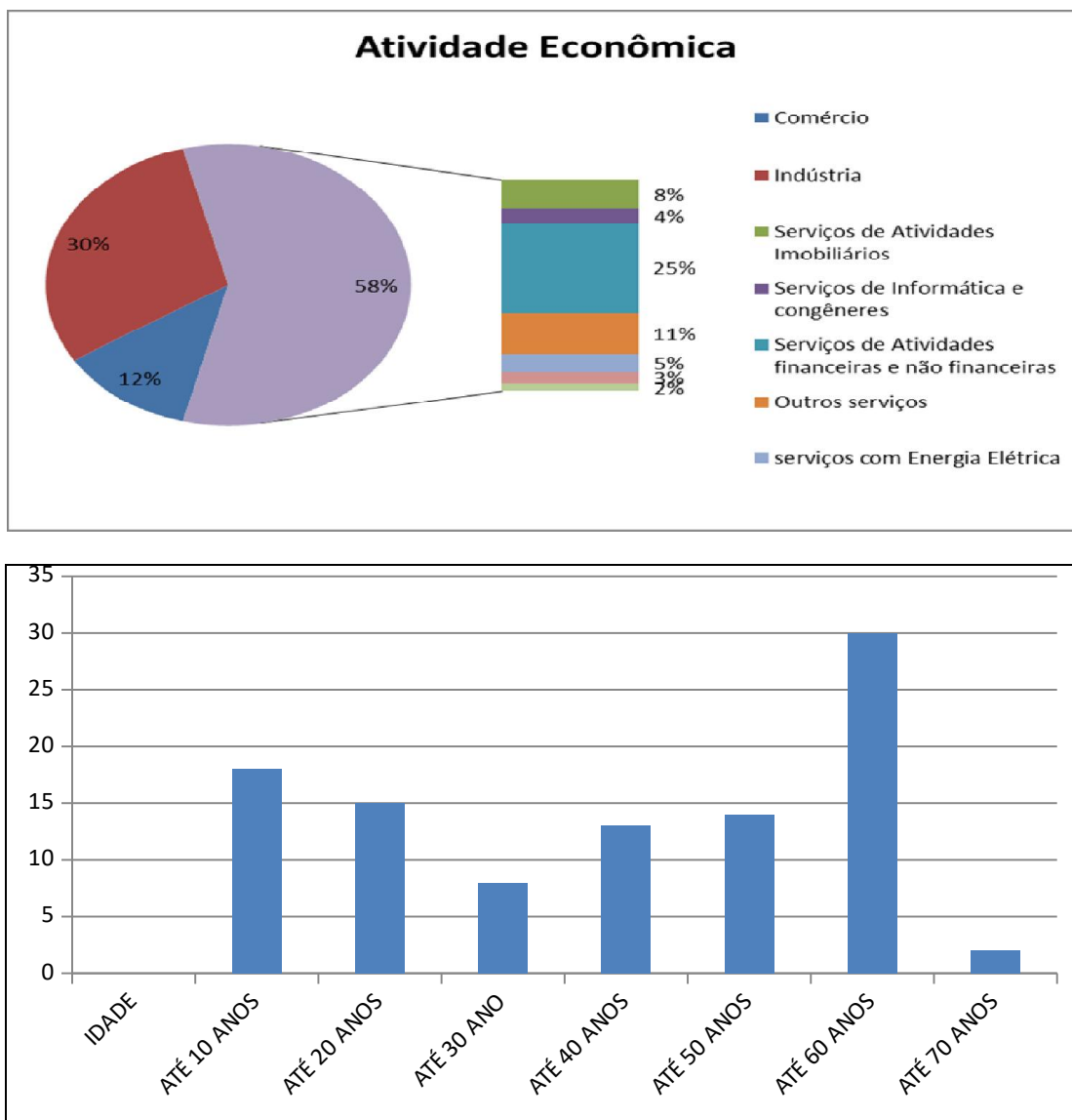


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Para esta análise, foi realizada a soma dos valores de faturamento e PL das empresas e separadas pelo tipo de capital para encontrar sua representação. É interessante destacar que, apesar da maioria das empresas da amostra, possuírem capital fechado, a maior fatia do faturamento e do PL vem das empresas com capital aberto, mesmo representando somente 8% do total da amostra.

No Gráfico 5, é apresentada a atividade econômica e a idade das empresas.

Gráfico 5 - Atividade econômica e Idade das empresas

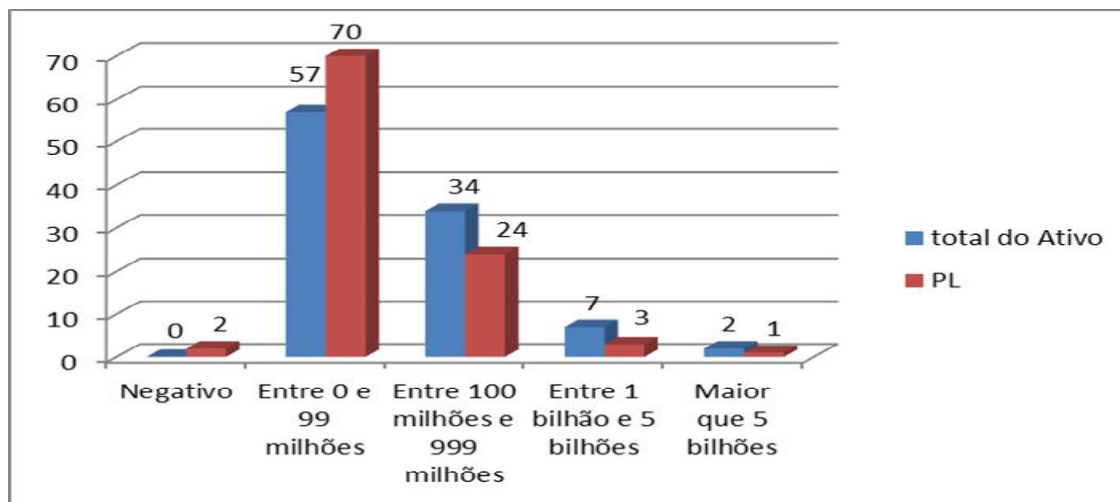


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

A atividade econômica que mais se destaca é a prestação de serviços. Dentre as atividades deste segmento, os serviços com atividades financeiras e não financeiras são exercidas por 25 empresas, ficando próxima do número de empresas do segmento industrial. Já em relação a idade, é relevante apontar que 46% das empresas tiveram sua abertura entre as décadas de 50 e 70. Vale destacar também as empresas que ainda não completaram uma década de atividade, representando 18% do total.

O Gráfico 6 apresenta a soma de empresas com relação ao valor do PL e total do ativo.

Gráfico 6 - Empresas x PL e total do ativo



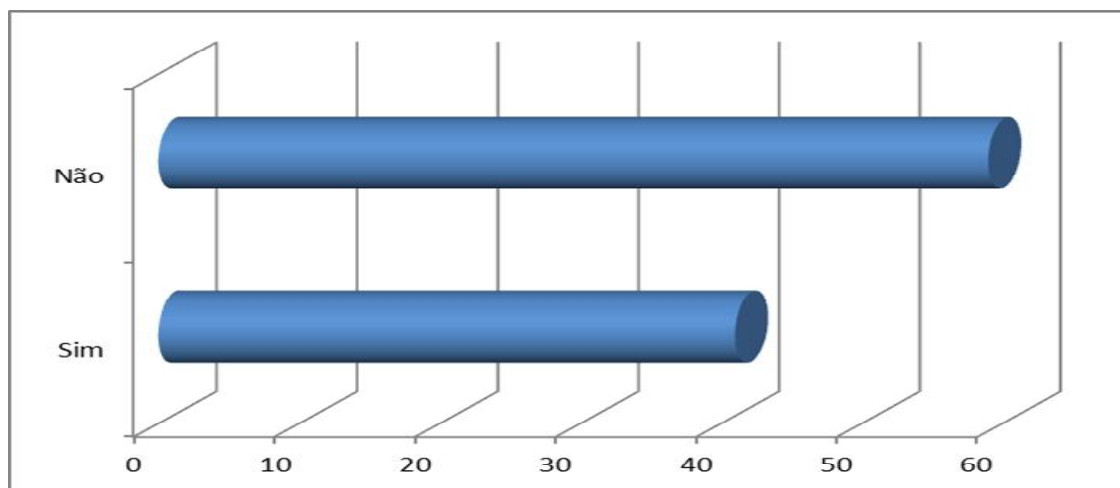
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Em ambos os casos, a grande maioria das empresas analisadas encontram-se tanto como PL e Ativo entre 0 e 99 milhões de reais. Já em relação às empresas com valores acima de 5 bilhões, todas são empresas de capital aberto.

#### 4.2 Irregularidades nas publicações das demonstrações contábeis

O Gráfico 7 mostra a incidências de irregularidades na amostra analisada.

Gráfico 7 - Quantidade de empresas com irregularidades

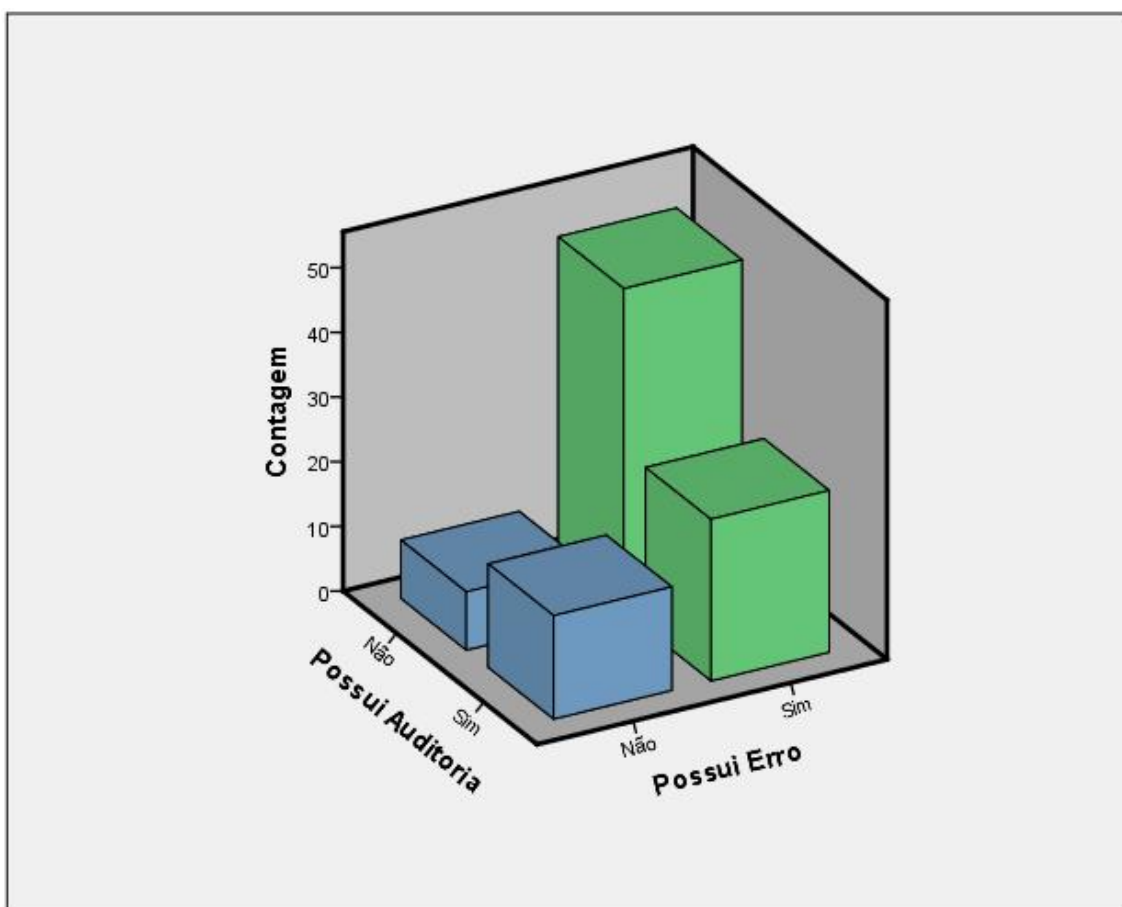


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Conforme o Gráfico 7, das 75 empresas com falhas nas demonstrações contábeis, 68 são de capital fechado, 5 de capital aberto e 2 de capital misto. Nas duas empresas de capital misto, houveram problemas em pelo menos uma das demonstrações.

No Gráfico 8 foi realizado um comparativo de irregularidades em demonstrações contábeis de empresas com e sem auditoria.

Gráfico 8 - Auditoria x irregularidades nas empresas



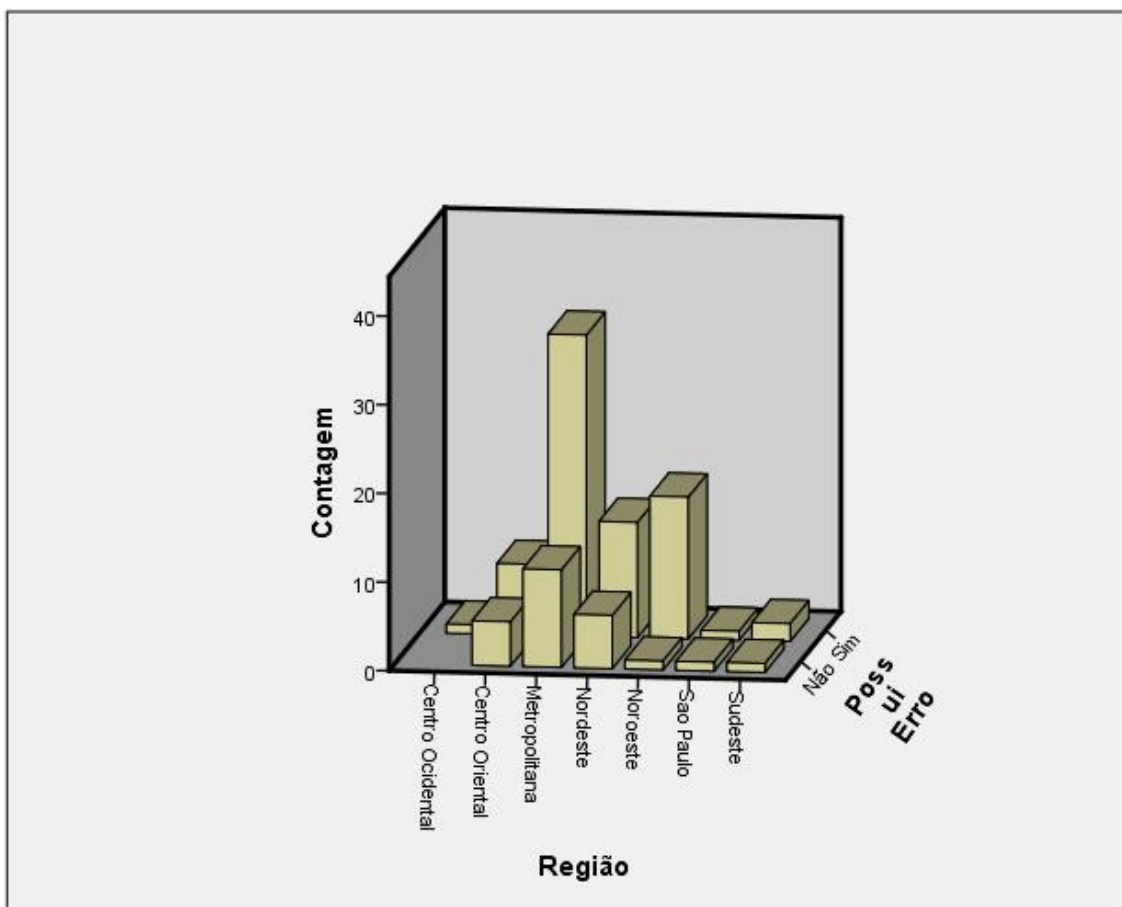
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

De toda a população analisada, 75% das empresas tiveram algum tipo de falha nas demonstrações contábeis. Destas, 25% são empresas que possuem auditoria. Diante disso, no fator auditoria, o número de empresas que não possuem auditoria obteve maior número de irregularidades em relação aos quem tem auditoria. Outro fator que chama atenção é em relação às empresas que possuem auditoria, onde a quantidade de irregularidades ainda é maior que os acertos. De qualquer forma é notória a qualidade nas demonstrações das empresas que

possuem auditoria.

Foi analisado também o fator região versus irregularidades nas demonstrações contábeis das empresas, conforme o Gráfico 9. A região das empresas de outros estados do Brasil que fazem parte da amostra e que publicaram no DOE/RS está nomeada pelo nome do estado da sede da organização.

Gráfico 9 - Irregularidades nas empresas x região

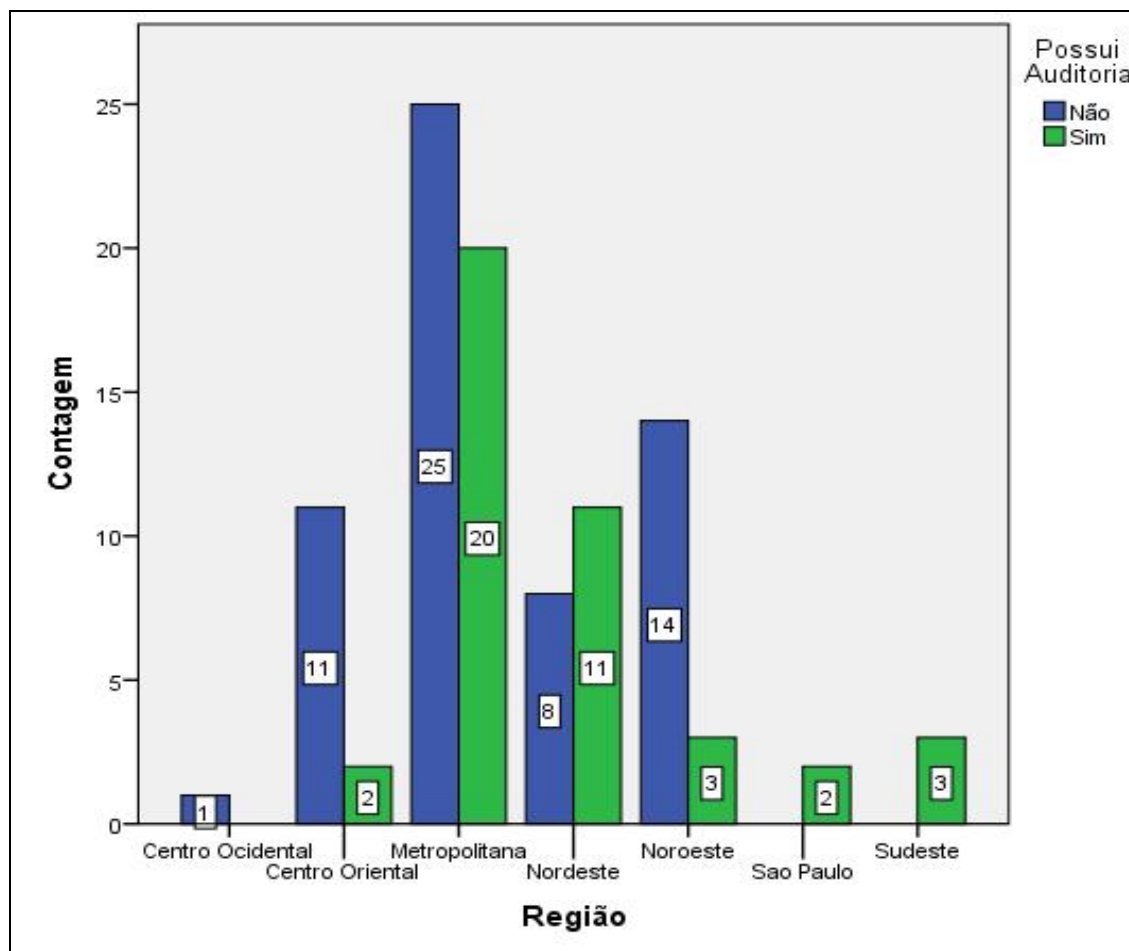


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

No Gráfico 9 é possível perceber que houve falhas nas demonstrações de empresas de todas as regiões, com maior ênfase nas regiões metropolitana, noroeste e nordeste. No entanto, é importante ressaltar que estas regiões possuem maior número de amostras.

O Gráfico 10 traz a relação das empresas que possuem e/ou não possuem auditoria, separadas por suas regiões.

Gráfico 10 - Utilização de auditoria nas empresas por regiões



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

O Gráfico 10 demonstra que 41% do total de empresas possuem auditoria, com destaque para a região nordeste, onde 57% possuem auditoria. Das empresas sem auditoria, chamam à atenção as regiões centro oriental e noroeste, que correspondem a 84% e 82% respectivamente.

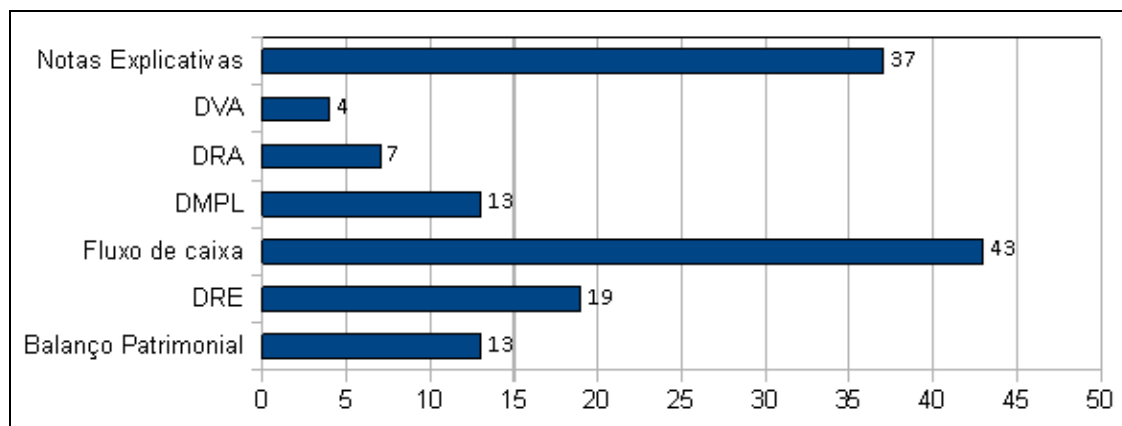
Analisando os Gráficos 9 e 10, é possível perceber que a incidência de irregularidades está diretamente ligada à inexistência de auditoria. Ou seja, empresas que possuem auditoria a tendência é de ter menos irregularidades. No entanto, na região nordeste, onde o número de falhas foi superior aos acertos, há um número maior de empresas com auditoria, o que de certa forma contraria a lógica anterior.

O Gráfico 11 mostra a incidência de irregularidades em cada demonstração contábil. Na sequência, o gráfico 11 faz um comparativo de irregularidades nas



demonstrações de empresas que possuem e não possuem auditoria.

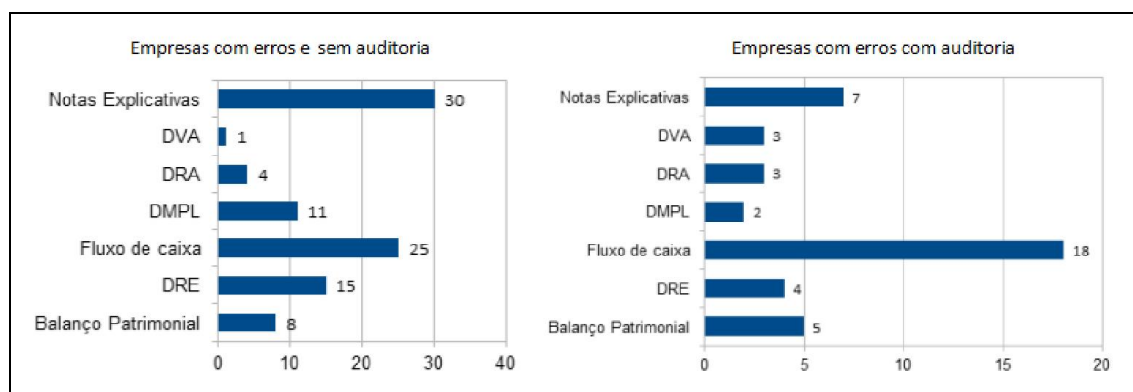
Gráfico 11 - Número de irregularidades por tipo de demonstração contábil



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

A maior incidência de falhas levantadas na demonstração do fluxo de caixa foi à falta da identificação do tipo de método de demonstração, direto ou indireto. Neste caso específico, a legislação não é muito clara sobre a divulgação.

Gráfico 12 - Quantidade de empresas com irregularidades e que possuem e não possuem auditoria



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

No Gráfico 12 é possível perceber que há um número considerável de empresas com irregularidades em algumas demonstrações contábeis, mesmo possuindo auditoria.

Um exemplo claro é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), onde o número de empresas com falhas representam 75% do total, seguido do Fluxo de Caixa com 41% das empresas, da Demonstração do Resultado Abrangente, com 42% e do Balanço Patrimonial com 38%.

Os tipos de irregularidades em empresas com auditoria e sem auditorias são muito semelhantes. Um exemplo é na demonstração do Fluxo de caixa, onde as irregularidades mais corriqueiras também referem-se à divulgação do tipo do método da demonstração.

Com relação as empresas com irregularidades e sem auditoria, as demonstrações que se destacam são: DMPL com 84%, as Notas Explicativas, com 81% assim como a DRE, com 78% das empresas. Por outro lado, a DRA é a única demonstração que não vai de encontro à lógica, encontrada em apenas 25% das empresas.

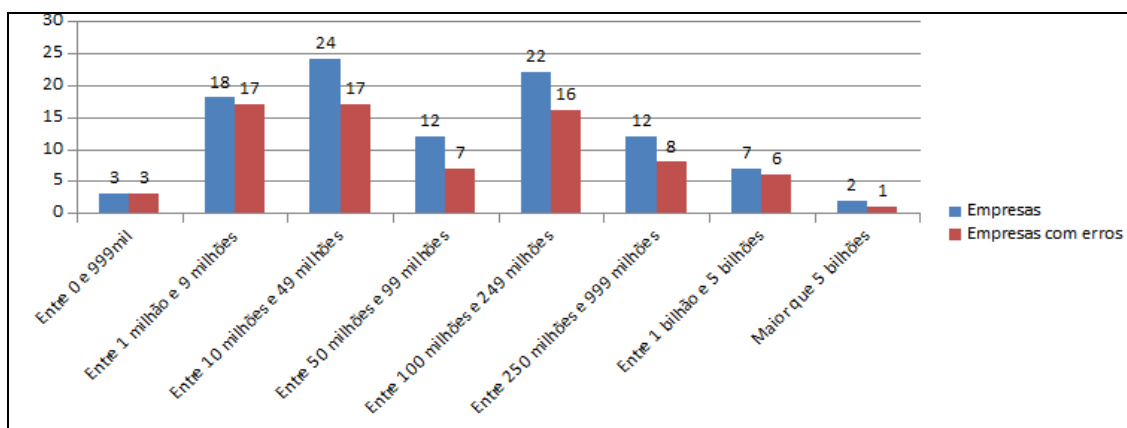
De qualquer forma, é importante ressaltar que apesar do número de irregularidades considerável em empresas que possuem auditoria, o número ainda é maior quando a empresa não possui auditoria.

Das empresas que possuem auditoria da chamada *big four* (Deloitte, Ernst & Young, KPMG e Price Waterhouse Cooper), ou seja, das auditorias mais renomadas do mercado, todas tiveram algum tipo de irregularidade em suas demonstrações. Sendo assim, é possível afirmar que a escolha por uma auditoria não é um fator determinante para publicações livres de erros. Destas empresas de auditoria, nenhuma teve parecer com ressalva, pois suas irregularidades interferem qualitativamente e não quantitativamente.

As irregularidades em demonstrações contábeis encontradas nas amostras também não devem-se à falta de informação ou dificuldade na interpretação da legislação, uma vez que as regras são claras e objetivas. É possível que as falhas tenham ocorrido por falta de atenção na elaboração das demonstrações ou negligência no momento de conferência delas. Vale lembrar que a análise das demonstrações está restrita à publicação no Diário Oficial, portanto irregularidades quantitativas não são abordadas.

No Gráfico 13 é realizada uma comparação entre o número total de empresas dentro de uma faixa de ativo e o número de empresas com irregularidades em demonstrativos a fim de identificar alguma relação entre elas.

Gráfico 13 - Relação de empresas com irregularidades em demonstrativos por valor do ativo

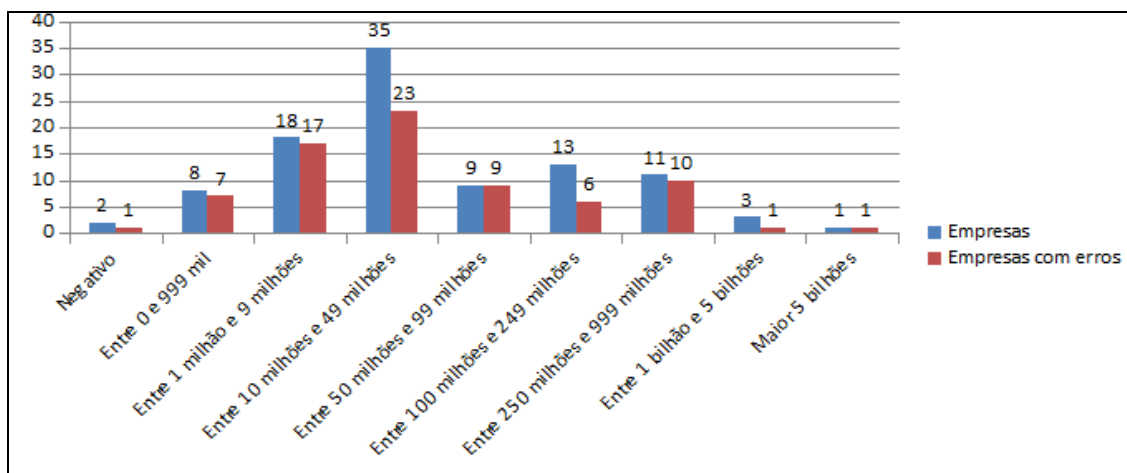


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

É possível perceber no Gráfico 13 uma queda considerável do número de empresas com irregularidades com ativo entre 50 milhões e 99 milhões, atingindo um percentual de 58%, bem como as empresas com ativo superior a 5 bilhões, com 50%. No entanto, não é possível afirmar que há alguma relação de irregularidades com o tamanho do ativo.

O Gráfico 14 apresenta uma relação de empresas com irregularidades em demonstrativos por Patrimônio Líquido, semelhante ao Gráfico 17.

Gráfico 14 - Relação de empresas com irregularidades em demonstrativos por valor do Patrimônio Líquido

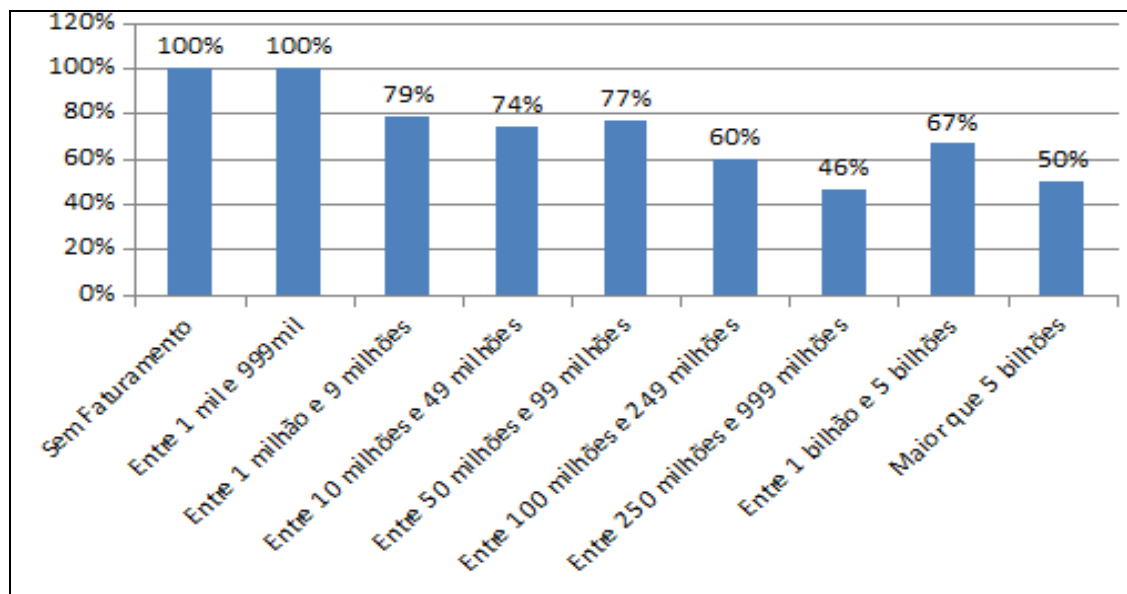


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Assim como o Gráfico 14, não é possível observar no Gráfico 18, relações entre irregularidades e tamanho do Patrimônio Líquido.

No Gráfico 15 são relacionadas empresas com irregularidades em demonstrações por nível de faturamento.

Gráfico 15 - Percentual de empresas com irregularidades em relação ao faturamento

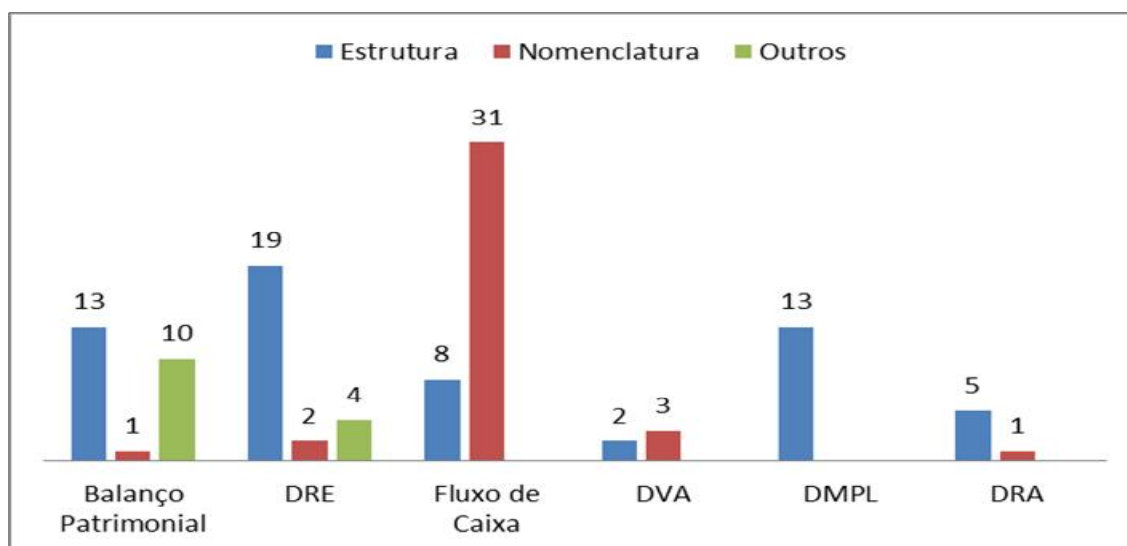


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Relacionando as empresas com irregularidades em demonstrações com o faturamento, como demonstra o Gráfico 15, é possível perceber que empresas sem faturamento e com faturamento de até 999 mil, todas apresentaram algum tipo de erro. Outra observação é que medida com que o faturamento aumenta, o número de irregularidades diminui. Dessa forma é possível afirmar que empresas com faturamentos mais elevados, tendem a ter maior atenção na elaboração de suas demonstrações.

O Gráfico 16 apresenta uma relação de irregularidades com tipos de irregularidades agrupados por demonstrações. Os tipos de irregularidades foram divididos em Estrutura, Nomenclatura e Outros. Estrutura diz respeito a problemas na elaboração estrutural das demonstrações. Em Nomenclatura são abordados irregularidades nos termos técnicos utilizados na elaboração das demonstrações. Já “outros” engloba irregularidades que não se enquadram em nenhuma das situações anteriores. As Demonstrações foram divididas em Balanço Patrimonial, DRE, Fluxo de Caixa, DVA, DMPL e DRA.

Gráfico 16 - Relação de irregularidades com tipos de irregularidades divididos por demonstração



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Nas irregularidades relacionadas ao Balanço Patrimonial, as principais irregularidades de Estrutura são a não classificação do ativo e passivo não circulante, totalizando aproximadamente 70% das 13 empresas apontadas. As irregularidades de “outros” tem como principal problema a informação da forma de depreciação do ativo imobilizado, em 64% dos casos. Ainda dentro de “outros”, um erro referente depreciação acumulada chamou a atenção, pois nos períodos apresentados não houve alterações no cálculo, conforme indica o Anexo D.

Com relação à DRE, as irregularidades de estrutura mais recorrente foi de classificação inadequada de despesas e receitas financeiras, onde deveriam estar em um grupo específico. Das 19 empresas com irregularidades estruturais, praticamente 90% apresentaram este problema. Chamou a atenção também, quatro irregularidades em que a DRE iniciou-se pela receita líquida, não mencionando a receita bruta em notas explicativas, onde a orientação seria mencioná-las.

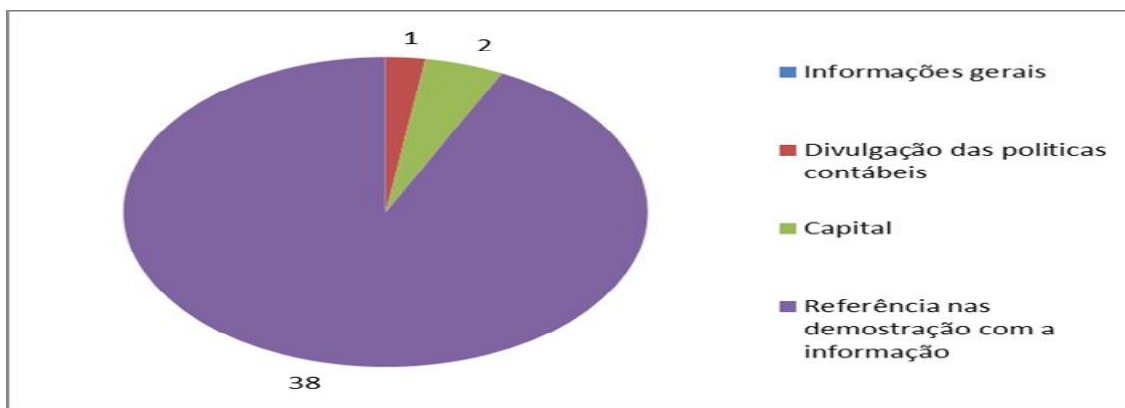
No fluxo de caixa a irregularidades mais recorrente foi à falta de informação quanto ao nome da demonstração, como fluxo de caixa direto ou indireto, ocorrendo em 30% das empresas analisadas. Irregularidades com menos frequência, porém relevantes foi a ausência da classificação da estrutura em operacional, investimento e financiamento, e a demonstração sem o devido fechamento do fluxo do caixa. Das seis empresas sem a obrigatoriedade de publicar a demonstração, somente duas

divulgaram.

Na DVA a maior incidência de irregularidades foi na nomenclatura de algumas rubricas. Já DMPL, a falta da demonstração do exercício anterior foi o principal erro, representando 10% do total da amostra. Com relação à DRA, as irregularidades mais frequentes são estruturais.

Para análise das irregularidades nas Notas explicativas, foi dividido pelas informações consideradas essenciais da empresa, conforme apresentado no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Irregularidades em Notas Explicativas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Percebe-se que a maior incidência de irregularidades está relacionada às referências cruzadas das demonstrações contábeis, que tem por objetivo facilitar o apontamento das informações aos usuários. Das 100 empresas analisadas, em 38 delas não constou nas demonstrações esta informação. Ainda foi constatado que uma das empresas não apresentou a divulgação das políticas contábeis e em outras duas, informações a cerca do capital. Vale ressaltar também que não foi possível localizar as notas explicativas de 2 empresas de toda a amostra, portanto sendo desconsideradas para esta análise.

#### 4.3 Análise de correlação das variáveis

Para a análise de correlação foram inicialmente cruzados o número de empresas com irregularidades em demonstrações com as demais variáveis de perfis

levantados na amostra. Na sequência, o número de empresas com auditoria, correlacionados com as irregularidades das demonstrações contábeis. Os Quadros 8 e 9 ilustram as correlações.

Quadro 8 - Correlação entre número de empresas com irregularidades e variáveis de perfil

	<b>Irregularidades</b>	<b>Ativ. Econ.</b>	<b>Região</b>	<b>Idade</b>	<b>Capital</b>	<b>Faturamento</b>	<b>Ativo</b>	<b>PL</b>	<b>Auditoria</b>
Irregularidades	1								
Ativ. Econ.	-0,155	1							
Região	-0,074	0,101	1						
Idade	-0,124	0,459	0,089	1					
Capital	-0,082	-0,107	-0,056	0,211	1				
Faturamento	0,010	-0,037	0,125	0,134	0,256	1			
Ativo	0,041	-0,069	0,133	0,106	0,244	0,993	1		
PL	0,036	-0,071	0,134	0,103	0,242	0,990	0,998	1	
Auditoria	-0,270	-0,193	-0,042	-0,073	0,300	0,173	0,173	0,165	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

No Quadro 9 destaca-se a correlação positiva muito alta entre as variáveis PL e faturamento, PL e ativo e ativo e faturamento. Essa correlação releva que a medida que os valores de PL aumentam, há também um aumento no valor do faturamento, assim como as demais variáveis.

Com relação à correlação de irregularidades com o faturamento das empresas, o resultado mostrou-se ao contrário com a análise realizada anteriormente. Considerada como uma correlação positiva baixa, ela não teria significância para a probabilidade de falhas.

Quadro 9 - Correlação entre o número de empresas com auditoria e irregularidades nas demonstrações contábeis

	<b>Auditoria</b>	<b>Balanço</b>	<b>DRE</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>DMPL</b>	<b>DRA</b>	<b>DVA</b>	<b>Notas explicativas</b>
Auditoria	1							
Balanço	-0,020	1						
DRE	-0,196	0,040	1					
Fluxo de caixa	0,015	0,085	-0,215	1				
DMPL	-0,201	0,027	0,343	-0,156	1			

(Continua...)

(Conclusão)

	Auditoria	Balanço	DRE	Fluxo de caixa	DMPL	DRA	DVA	Notas explicativas
DRA	0,010	0,010	-0,033	-0,080	0,010	1		
DVA	0,141	0,073	-0,099	0,235	-0,079	-0,056	1	
Notas explicativas	-0,344	0,135	0,210	-0,038	0,258	0,033	-0,156	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Com base nas duas correlações, foi possível gerar um total de 64 coeficientes onde em 58% dos casos foram apontados correlações positivas e em 42%, correlações inversas. Verifica-se também que a correlação positiva baixa foi de 89% e na correlação inversa baixa foi de 100%, conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Correlação positiva x correlação inversa

Correlação positiva			X	Correlação inversa		
Classificação	Intervalo	Quantidade		Quantidade	Intervalo	Classificação
Perfeita	1,00	Nenhuma		Nenhuma	-1,00	Perfeita
Muito alta	0,90 a 0,99	3		Nenhuma	-0,80 a -0,99	Muito alta
Alta	0,70 a 0,89	0		Nenhuma	-0,70 a -0,89	Alta
Média	0,40 a 0,69	1		Nenhuma	-0,40 a -0,69	Média
Baixa	0,01 a 0,39	33		27	-0,01 a -0,39	Baixa
Total		37		27	Total	
Nula	0,00	Nenhuma				

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados (2018).

Com isso, é possível observar que não há uma correlação significativa entre os índices analisados. O coeficiente auditoria, como já constatado, não é fator determinante para a falta de falhas, no entanto acaba diminuindo a probabilidade de demonstrações errôneas, conforme mostra a correlação inversa no Quadro 10.

Outra correlação que é passível de observação é referente à idade das empresas. Empresas atuantes há mais tempo no mercado, tem uma leve probabilidade de ter menos irregularidades.

Foi realizada também uma breve análise na tentativa de identificar a possibilidade de irregularidades estarem interligados. Para isso, foram selecionadas as empresas com dois ou mais irregularidades e classificados pelo tipo de falhas, como estrutural, nomenclatura e outros. Para esta análise, foram consideradas como



irregularidades em cadeias, as empresas que tiveram o mesmo tipo de falhas em mais que uma demonstração contábil. Das 45 empresas listadas, 16 empresas tiveram esta relação. Portanto, há sim uma tendência de irregularidades em cadeia, porém não se enquadrando para todas.

## 5 CONCLUSÃO

As demonstrações contábeis são de fundamental importância, pois representam a posição patrimonial e financeira das organizações, assim como informações referentes ao seu desempenho. Nem todas as demonstrações tem obrigatoriedade em sua publicação. No entanto, quando publicadas, ficam disponíveis a todos e qualquer usuário, podendo ser utilizada para fins econômicos como para fins de estudo, como o caso dessa pesquisa em questão.

Para elaboração das demonstrações contábeis, os profissionais tem a disposição o suporte da legislação, pronunciamentos técnicos, interpretações e inúmeras ferramentas e tecnologias acessíveis no mercado. Apesar disso, ainda é possível encontrar demonstrações errôneas, dificultando a análise dos usuários.

Por essa razão, o principal objetivo desta pesquisa foi analisar as irregularidades contidas nas publicações das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2017. Para o desenvolvimento deste estudo foram coletadas publicações de 100 empresas no DOE (Diário Oficial do Estado), no período compreendido entre de janeiro e abril de 2018 e realizado a análise das suas demonstrações.

O resultado do estudo foi de que das 100 empresas analisadas, 75 tiveram irregularidade em suas publicações. As mais frequentes estão relacionados à estrutura da demonstração contábil e da nomenclatura, representando 54% e 34% do total de falhas, respectivamente. Os 12% restantes são classificados como outros. Das 41 empresas com algum tipo de irregularidade nas Notas Explicativas,

38 delas não possuem referência cruzada das informações, dificultando a localização dos dados ao usuário.

Das 41 empresas que possuem auditoria, 25 possuem algum tipo de irregularidades. Diante disto fica evidente que possuir auditoria, embora haja uma tendência da diminuição de irregularidades em demonstrações, não garante a isenção dos mesmos. A afirmação descrita é comprovada na correlação inversa baixa.

Órgãos fiscalizadores exercem seu papel com fiscalização *in loco* nas empresas, porém publicações disponíveis ao público carecem desta fiscalização. Irregularidades podem distorcer informações que não estão claras aos usuários e prejudicar na análise para a tomada de decisão. Embora esta análise tenha abordado irregularidades a nível qualitativo em sua maioria, acaba por ter relevância também na tomada de decisões.

Este estudo foi de grande importância para o autor, pois desenvolveu e aprimorou técnicas de análise nas demonstrações contábeis, possibilitando o desenvolvimento de habilidades comparativas entre as mais diversas empresas analisadas. O estudo também proporcionou um olhar mais crítico na vida profissional, tanto em relação à elaboração das demonstrações, como também na troca de experiências profissionais.

Como sugestão de futura pesquisa, recomenda-se analisar publicações de demonstrações contábeis de empresas que tenham auditoria *big four* para identificar irregularidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo C. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

AZEREDO, Adriano J. **Desempenho econômico-financeiro de indústrias calçadistas brasileiras**: uma análise do período de 2000 a 2006. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo, Unisinos, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2839>>. Acesso em: 26 out. 2018.

BASSAN, Pedro. Balanço auditado da Petrobras mostra perdas bilionárias. In: **Jornal Hoje**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/04/balanco-auditado-da-petrobras-mostra-perdas-bilionarias.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BEUREN, Ilse M. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo, 2013. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788522486977>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

BLOK, Macella. **Compliance e Governança Corporativa**: atualizada de acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846) e o Decreto Lei 8.421/2015. Rio de Janeiro, 2017. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/biblioteca-virtual-universitaria?isbn=9788579872822>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BR PETROBRAS. **Demonstrações contábeis**. 2015/2014. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-financeiros/holding>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõem sobre as Sociedades por ação. Brasília, 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 08 de jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CHEMIN, Beatriz F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos:** planejamento, elaboração e execução, 3. ed. Lajeado: Univates, 2015. Disponível em: <[https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/110/pdf\\_110.pdf](https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/110/pdf_110.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Ofício – Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/anexos/ocsncsep0118.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Sobre a CVM**. [s.a.]. Disponível em: <[http://www.cvm.gov.br/menu/acesso\\_informacao/institucional/sobre/cvm.html](http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html)>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC 00. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório contábil-Financeiro. [s.a.]. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC 23. **Demonstração do Valor Adicionado**. 2008. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175\\_CPC\\_09.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2018.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC 23. **Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**. 2012. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/296\\_CPC\\_23\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/296_CPC_23_rev%2012.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 03. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2): Demonstração dos Fluxos de caixa**. 2010. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183\\_CPC\\_03\\_R2\\_rev%2010.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2018.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 06:** Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2010. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183\\_CPC\\_03\\_R2\\_rev%2010.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1):** Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2012. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2012.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC/PR. **Novo Código Civil e o Contabilista:** A Responsabilidade Solidária. Curitiba, [2002 ou 2003]. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/download/cartilhaResponsabilidadesContabilista.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – CRC/PR. **Demonstrações Contábeis Obrigatórias.** Curitiba, 2018. Disponível em: <[http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2018\\_07\\_16\\_informativoFiscalizacao.html](http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2018_07_16_informativoFiscalizacao.html)>. Acesso em 24 out. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC/RS. **Cartilha Orientativa de Fiscalização.** Porto Alegre, [2014?]. Disponível em: <[http://www.crcrs.org.br/wp-content/uploads/2014/01/cartilha\\_fiscalizacao2014.pdf?ef3d49&5091ee](http://www.crcrs.org.br/wp-content/uploads/2014/01/cartilha_fiscalizacao2014.pdf?ef3d49&5091ee)>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC/RS. **Fiscalização das Organizações Contábeis e dos Profissionais da Contabilidade – 2017.** Porto Alegre, [2018?]. Disponível em: <[http://www.crcrs.org.br/arquivos/fiscalizacao/relatorio\\_2017.pdf?5091ee](http://www.crcrs.org.br/arquivos/fiscalizacao/relatorio_2017.pdf?5091ee)>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Fiscalização, Ética e Disciplina.** Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/fiscalizacao/>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

CUNHA, Murilo. B. **Manual de Estudos dos Usuários da Informação.** São Paulo, 2015. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788522498789>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

D’CORLE, Ronaldo. Aporte de R\$3,5 Bilhões reequilibra contabilidade da TAM. In: **O Globo**, São Paulo, 07 mar. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/aporte-de-35-bilhoes-reequilibra-contabilidade-da-tam-11819895>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

DAMASCENA, Luzivalda G. **Pareceres de auditoria:** Um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constante nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileira. João Pessoa, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9317/1/2011\\_LuzivaldaGuedesDamascena](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9317/1/2011_LuzivaldaGuedesDamascena)>.

.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Mesorregiões geográficas (IBGE), Rio Grande do Sul**. Porto Alegre 2011. Disponível em: <<http://mapas.fee.tcche.br/wp-content/uploads/2011/11/Mesorregioes.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

GAMBA, Luísa H. **A Fiscalização do Exercício das profissões pelos conselhos e Ordens**. 2004. Disponível em: <[https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/62151/fiscalizacao\\_exercicio\\_profissoes\\_conselhos.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/62151/fiscalizacao_exercicio_profissoes_conselhos.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2018.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisas Sociais**. São Paulo, 2008. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788522484959>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

GONZALES, Alexandre. **Caso prático de correção de erro – Balanço da TAM** 2012. Disponível em: <<http://cenariocontabil.blogspot.com.br/2014/03/caso-pratico-de-correcao-de-erro.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

HENDRIKSEN, Edson S; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOSS, Osni et al. **Introdução à Contabilidade**. Ensino e Decisão. São Paulo, 2012. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788522480586>>. Acesso em: 07 jun.2018.

IUDICIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo, 2015. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788522496242>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade USP. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KPMG. **Modelo ABC**. Demonstrações financeiras ilustrativas. 2018. Disponível em: <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2018/01/demonstracoes-financeiras-ilustrativas-modelo-abc-dez2017.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2018

KPMG. **Pesquisa Maturidade Compliance no Brasil**. 2. ed. 2017. Disponível em: <<https://home.kpmg.com/br/pt/home/insights/2017/01/pesquisa-maturidade-do-compliance-no-brasil-2a-edicao.html>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MALACRIDA, Mara J. C.; MITIYO, Mariana; PACCEZ, Yamanoto J.D. **Fundamentos da Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCONI, Mariana de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. São Paulo, 2017. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788597011845>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Contabilidade Empresarial. São Paulo, 2012. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788522478002>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

MARQUES, Vagner A. et al. **Dinâmica das republicações das demonstrações contábeis no período de 1997 – 2012**. Brasília, 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Vagner\\_Marques2/publication/311492151\\_Dinamica\\_das\\_republicacoes\\_das\\_demonstracoes\\_contabeis\\_no\\_periodo\\_de\\_1997-2012/links/5848b93d08ae61f75de35806.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Vagner_Marques2/publication/311492151_Dinamica_das_republicacoes_das_demonstracoes_contabeis_no_periodo_de_1997-2012/links/5848b93d08ae61f75de35806.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MULLER, Aderbal. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo, 2012. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/biblioteca-virtual-universitaria?isbn=9788564574465>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - NBC TG 23 (R2). Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. In: **CFC**, 2017. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG23\(R2\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG23(R2).pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2018.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE – NBC TI 01. Da Auditoria Interna. In: **CFC**, 2003. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_986.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf)>. Acesso em 28 mar. 2018.

OLIVEIRA, Gustavo P. **Contabilidade Tributária**. São Paulo, 2013. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788502204621>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

PADOVEZE, Clóvis L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788597010091>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Gerencial: em enfoque em sistema de informação**. São Paulo, 2010. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788522486960>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

PRICE WATERHOUSE COOPERS. **ABC Aberta S.A.** 2018. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/guia-demostrancoes-financeiras/2018/cia-aberta-17.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

RECEITA FEDERAL. Ministério da Fazenda. **Emissão de Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral**. Disponível em: <[http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)>. Acesso em: 25 set. 2018.

SÁ, Antônio L. de; HOOG, Wilson A. Z. **Corrupção, Fraude e Contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2005.



SANTOS, Antônio S. **Contabilidade**. São Paulo, 2014. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/biblioteca-virtual-universitaria?isbn=9788543004969>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SILVA, Daniel C.; COVAC, José R. **Compliance**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, Alexandre A. **Estrutura, análise e interpretações das demonstrações contábeis**. São Paulo, 2017. E-book. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788597012897>>. Acesso em: 26 out. 2018.

SILVEIRA, Renato de M. J; SAAD-DINIZ, Eduardo. **Compliance: Direito penal e Lei Anticorrupção**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca?isbn=9788502622098>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Demonstrações Ilustrativas 2017

BALANÇO PATRIMONIAL	CPC	IAS	IFRS
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	CPC 26 - 10 (a), (ea), (f); 29; 38-38A; 40A-40B; 113	IAS 1.10(a), 10 (ea)-(f), 29, 38-38A, 40A-40B, 113	
<b>Ativos</b>			
Circulante		IAS 1.60, 66; 7.8	
Caixa e equivalente de caixa	CPC 26.54 (i)	IAS 1.54 (i)	
Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos financeiros)	CPC 26.54 (d)	IAS 1.54 (d)	IFRS 7.8 (a), (d)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	CPC 26.54 (h)	IAS 1.54 (h)	IFRS 7.8 (c)
Pagamentos antecipados	CPC 26. 55	IAS 1.55	
Estoques	CPC 26. 54 (g)	IAS 1.54 (g)	
Ativos biológicos	CPC 26. 54 (f)	IAS 1.54 (f)	
Ativo fiscal corrente	CPC 26.54 (n) - CPC 31.38, 40	IAS 1.54 (n)	IFRS 5.38,40
Ativos não circulantes mantidos para revenda	CPC 26.54 (i)	IAS 1.54 (j)	IFRS 5.38
<b>Total do ativo circulante</b>	CPC 26.60	IAS 1.60, 66	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	CPC 26.54 (h) - CPC 26.54 (o)	IAS 1.54 (h)	IFRS 7.8 (c)
Ativo fiscal diferido	CPC 26.54 (o), 26.56	IAS 1.54 (o), 56	
Benefícios a empregados	CPC 26.55	IAS 1.55	
Outros investimentos, incluindo derivativos	CPC 26.54 (d)	IAS 1.54 (d)	IFRS 7.8 (a), (d)
<b>Total do realizável a longo prazo</b>			
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	CPC 26.54 (e)	IAS 1.54 (e)	
Investimentos em controladas	CPC 26.54 (e)	IAS 1.54 (e)	
Propriedades para investimento	CPC 26.54 (b), 06.49	IAS 1.54 (b), 17.49	
Ativos biológicos	CPC 26.54 (f)	IAS 1.54 (f)	
Imobilizado	CPC 26.54 (a)	IAS 1.54 (a)	
Intangível	CPC 26.54 (c)	IAS 1.54 (c)	
<b>Total do ativo não circulante</b>	CPC 26.60	IAS 1.60	
<b>Total do ativo</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		IAS 1.60, 69	
Fornecedores e outras contas a pagar	CPC 26.5 (k)	IAS 1.54 (k)	IFRS 7.8 (f)
Benefícios a empregados	CPC 26.55, 78 (d)	IAS 1.55, 78 (d)	
Saldo bancários a descoberto	CPC 26.55	IAS 1.55	
Outros investimentos, incluindo derivativos (ativos financeiros)		IAS 1.54 (m)	IFRS 7.8 (e)

(Continua...)

(Conclusão)

Empréstimos e financiamentos	CPC 26.54 (m) - CPC 31.38-40	IAS 1.54 (m), (n)	IFRS 5.38,40
Passivo não circulante mantidos para venda	CPC 26.54 (p)	IAS 1.54 (p)	IFRS 5.38
Provisões	CPC 26.54 (l)	IAS 1.54 (l)	
Passivo fiscal corrente	CPC 26.54 (n) - CPC 26.55	IAS 1.54 (n) - IAS 1.55, 11.42 (b)	
Receita diferida	CPC 17.42 (b), 7.24; 26.55	IAS 1.55, 11.42 (b)	
Obrigações de benefícios de aposentadoria		IAS 1.54 (m)	IFRS 7.8 (f)
<b>Total do passivo circulante</b>	CPC 26.60	IAS 1.60	
Passivo não circulante		IAS 1.60, 69; 1.54 (m)	
Empréstimos e financiamentos	CPC 26.54 (m)	IAS 1.54 (m)	IFRS 7.8 (f)
Benefícios a empregados	CPC 26.55, 78 (d)	IAS 1.55, 78 (d)	
Fornecedores e outras contas a pagar	CPC 26.54 (k)	IAS 1.54 (K)	
Receita diferida	CPC 26.55, 07.24	IAS 1.55, 20.24	
Provisões	CPC 26.54 (l)	IAS 1.54 (l), 78 (d)	
Passivo Fiscal diferido	CPC 26.54 (o), 56	IAS 1.54 (m), (o), 56	
Instrumentos financeiros derivativos		IAS 1.56	
<b>Total do passivo não circulante</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	CPC 26.54 (r), 78 (e)	IAS 1.54 (r), 78 (e)	
Reserva de capital	CPC 02.143	IAS 1.78 (e), 55	
Reserva de lucros	CPC 26.55, 78 (e)	IAS 1.55, 78 (e)	
Ações em tesouraria		IAS 1.55, 78 (e)	
Ajustes de avaliação patrimonial			
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		IAS 1.54 ®	
Participação de não controladores	CPC 26.54 (q)	IAS 1.54 (q)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	CPC	IAS	IFRS
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	CPC 26.10 (b), 29, 38-38A, 81A, 113	IAS 1.10 (b), 29,38-38A, 81A, 113	
<b>Operações continuadas</b>			
Receita	CPC 26.82 (a)	IAS 1.82 (a)	
Variação no Valor justo ativos biológicos		IAS 1.99, 1.103	
Custo das vendas	CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	
<b>Lucro bruto</b>	CPC 26.103	IAS 1.103	
Outras Receitas	CPC 26.85	IAS 1.99,103; 1.85	
Despesas de vendas	CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	

(Continua...)

Despesas administrativas	CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	
Despesas com pesquisas e desenvolvimento	CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	
Outras despesas	CPC 26.99, 103	IAS 1.99, 103	
Participação nos lucros de controladas	CPC 18 (R2), ICPC 09 (R2)		
<b>Lucro operacional</b>			
Receitas financeiras		IAS 1.85	
Despesas financeiras		IAS 1.82 (b)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida e impostos	CPC 26.85	IAS 1.85, BC55-BC56	
Receitas financeiras	CPC 26.85	IAS 1.85	
Despesas financeiras	CPC 26.82 (b)	IAS 1.82 (b)	
Despesas financeiras líquidas	CPC 26.85	IAS 1.85	
Participação nos lucros das empresas investidas por participação patrimonial, líquida de impostos	CPC 26.82 (c)	IAS 1.82 (c)	
Resultado antes dos impostos	CPC 26.85	IAS 1.85	
Imposto de renda e contribuição social	CPC 26.82 (d), 32.77	IAS 1.82 (d), 12.77	
Resultado líquido das operações continuadas	CPC 26.85	IAS 1.85	
Operações descontinuadas			IFRS 5.33 (a)
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	CPC 31.33 (a), CPC 26.82 (ea)	IAS 1.82 (ea)	IFRS 5.33 (a)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	CPC 26.81 A(i)	IAS 1.81A (a)	
<b>Resultado atribuído aos:</b>		IAS 1.81B (a)(i)	
Acionistas controladores	CPC 26.83 (a)(iii)	IAS 1.83 (a)(iii)	
Acionistas não controladores	CPC 26.83 (a)(i)	IAS 1.83 (a)(i); 1.81B (a) (i)	IFRS 12.12 (e)
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
<b>Resultado por ação</b>	CPC 41.4	IAS 33.4	
Resultado por ação - básico em (R\$)	CPC 41.66	IAS 33.66, 68	
Resultado por ação - diluído em (R\$)	CPC 41.66	IAS 33.66, 68	
Resultado por ação - Operações continuadas			
Resultado por ação - básico (em R\$)	CPC 41.66	IAS 33.66	
Resultado por ação - diluído (em R\$)	CPC 41.66	IAS 33.66	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	CPC	IAS	IFRS
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	CPC 26.10 (b2), 81 A	IAS 1.10(b), 81A	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	CPC 26.10A (a)	IAS 1.81 A (a)	
<b>Outros resultados abrangentes (ORA)</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	CPC 26.82 (a)(i)	IAS 1.82A (a)(i)	

(Continua...)

(Conclusão)

Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	CPC 26.85	IAS 1.85	
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos ORA	CPC 26.82A (b)(i)	IAS 1.82A (b)(i)	
Remensuração do passivo de benefício definido (ativo)	CPC 26.85	IAS 1.85	
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	CPC 26.91 (b)	IAS 1.91 (b)	
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>			
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	CPC 02.52 (b)	IAS 21.52 (b)	
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos ORA	CPC 26.82A (b)(iii)	IAS 1.82A (b)(iii)	
Reclassificação de diferenças de variação cambial por perda de influência significativa	CPC 26.92	IAS 1.92	
Hedge de investimento líquido em operações no exterior - perda líquida	CPC 26.85	IAS 1.85, IAS 39.10 (a)	
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	CPC 40.23 (c)		IFRS 7.23 (c)
Hedge fluxo de caixa - reclassificação para o resultado	CPC 26.92; 40.23 (d)	IAS 1.92	IFRS 7.20 (a)(iii); 7.23 (d)
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	CPC 40.20 (a)(iii)		IFRS 7.20 (a)(ii)
Ativos financeiros disponíveis para venda - reclassificação para o resultado	CPC 40.20 (a)(iii), CPC 26.92	IAS 1.92	IFRS 7.20 (a)(iii)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	CPC 26.91 (b)	IAS 1.91 (b)	
Variação cambial	CPC 21.52 (b)		
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de IR e CS</b>	CPC 26.81A (b)	IAS 1.81A (b)	
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	CPC 26.81A (c)	IAS 1.81A (c)	
<b>Resultado abrangente atribuído aos:</b>			
Acionistas controladores	CPC 26.81B (b)(iii)	IAS 1.81B (b)(ii)	
Acionistas não controladores	CPC 26.81B (b)(i)	IAS 1.81B (b)(i)	
<b>Resultado abrangente total do exercício de operações continuadas</b>			
<b>De operações descontinuadas</b>			IFRS 5.33 (d)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO	CPC	IAS	IFRS
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
<b>Saldo representado em 1º de janeiro de 2016</b>			
<b>Resultados abrangentes do exercício</b>			
Lucro líquido do exercício	CPC 26.106 (d)(I)	IAS 1.106 (d)(i)	

(Continua...)

(Conclusão)

Outros resultados abrangentes do exercício		
<b>Total do resultado abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>	CPC 26.106 (a)	IAS 1.106 (a)
<b>Transações com acionistas e constituição de reservas</b>	CPC 26.106 (d)(iii), 106A	IAS 1.106 (d)(iii), 106A
<b>Contribuições, distribuições e constituição de reservas</b>	CPC 26.106 (d)(iii)	IAS 1.106 (d)(iii)
Emissão de ações ordinárias		
Emissão de ações ordinárias relacionada à Combinação de negócios		
Emissão de notas conversíveis, liquidas de impostos		
Ações próprias vendidas		
Constituição de reserva legal	CPC 26.10.6 (d)(iii)	IAS 1.106 (d)(iii), 106A
Retenção de lucros		
Dividendos e juros sobre o capital próprio		IAS 1.106 (d) (iii)
Transações com pagamentos baseado em ações		
Opções de ações exercidas		
<b>Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas</b>		
<b>Mudanças na participação em controladas</b>	CPC 26.106 (d)(iii)	IAS 1.106 (d)(iii)
Aquisição de participação de não controladores sem mudança no controle		
Aquisição de controlada com participação de não-controladores		
<b>Total das transações com acionistas e constituição de reservas</b>		IAS 1.106 (d)(iii)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>	CPC	IAS	IFRS
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	CPC 03.18 (b)	IAS 7.18 (b)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação			
Amortização			
(Reversão de ) perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado			
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis			
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos classificados como mantidos para venda			
Mudanças n valor justo de ativos biológicos			
Mudanças no valor justo de propriedade para investimento			
Despesa de provisão para devedores duvidosos			
Despesas financeiras liquidas			
Resultado da equivalência patrimonial liquida de impostos			
Resultado na venda de ativo imobilizado			

(Continua...)

(Continuação)

Ganho na venda de operações descontinuada, líquido de impostos		
Transações de pagamentos baseados em ações liquidáveis em ações		
Despesas de impostos de renda e contribuições social		
Outros		
<b>Variações em:</b>		
Estoques		
Contas a receber e outras contas a receber		
Pagamentos antecipados		
Contas a pagar e outras contas a pagar		
Provisões e benefícios a empregados		
Receita líquida		
Caixa gerado pela (utilizado nas) atividades operacionais		
Juros pagos	CPC 03.31, 32	IAS 7.31,32
Impostos pagos sobre o lucro	CPC 03.35	IAS 7.35
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	CPC 03.10	IAS 7.10
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		IAS 7.21; 7.10
Juros recebidos	CPC 03.31	IAS 7.31
Dividendos recebidos	CPC 03.31	IAS 7.31
Recursos provenientes de alienação de imobilizado	CPC 03.16 (b)	IAS 7.16 (b)
Recursos provenientes de alienação de investimentos	CPC 03.16 (d), 16 (h)	IAS 7.16 (d), 16 (h)
Alienação de operações descontinuadas, líquido do caixa alienado junto com a operação	CPC 03.39	IAS 7.39
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	CPC 03.39	IAS 7.39
Aquisição de imobilizado	CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)
Aquisição de ativos intangíveis		IAS 7.16 (a)
Aquisição de propriedade para investimentos	CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)
Aquisição de ativos biológicos não circulantes	CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)
Aquisição de outros investimentos	CPC 03.16 (c), 16 (g)	IAS 7.16 (c), 16 (g)
Aquisição de participação de não controladores		
Empréstimos concedidos a coligadas/controladas		IAS 7.16 (e)
Obtenção empréstimos de controladas/coligadas		IAS 7.17 (c)
Dividendos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial	CPC 06.18	IAS 24.18
Gastos com desenvolvimento	CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	CPC 03.10	IAS 7.10
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		IAS 7.21; 7.10
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	CPC 03.17 (a)	IAS 7.17 (a)
Recursos provenientes da emissão de notas conversíveis (títulos e debentures)	CPC 03.17 (c)	IAS 7.17 (c)
Recursos provenientes da emissão de ações preferenciais resgatáveis	CPC 03.17 (c)	IAS 7.17 (c)
Recursos provenientes de novos empréstimos	CPC 03.17 (c)	IAS 7.17 (c)
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria	CPC 03.17 (a)	IAS 7.17 (a)
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	CPC 03.17 (a)	IAS 7.17 (a)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	CPC 03.16 (h)	IAS 7.16 (h)
Custos de transações relacionados a empréstimos e financiamentos	CPC 03.21	IAS 7.21
Aquisição de participação de não controladores	CPC 03.42A	IAS 7.42A
Recompra de ações próprias	CPC 03.17 (b)	IAS 7.17 (b)

(Continua...)



(Conclusão)

Pagamento de empréstimos e financiamentos	CPC 03.17 (d)	IAS 7.17 (d)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	CPC 03.17 (e)	IAS 7.17 (e)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	CPC 03.31	IAS 7.31
Caixa líquido - atividades de financiamento	CPC 03.10	IAS 7.10
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		
<b>Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro</b>		IAS 7.28
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	CPC 03.28	IAS 7.28
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		IAS 7.28

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>CPC</b>	<b>IAS</b>	<b>IFRS</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
<b>Receitas (1)</b>	CPC 09.14		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			
Outras receitas			
Receitas relativas à construção de ativos próprios			
Provisão para devores duvidosos			
<b>Insumos adquiridos de terceiros (2)</b>	CPC 09.14		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.			
Perda/ recuperação de valores de ativos			
<b>Valor adicionado bruto (1) -(2) = (3)</b>			
<b>Depreciação e amortização (4)</b>	CPC 09.14		
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)</b>			
<b>Valor adicionado recebido em transferências (6)</b>	CPC 09.14		
Resultado da equivalência patrimonial			
Receitas financeiras			
Outras			
<b>Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)</b>			
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	CPC 09.15		
<b>Pessoal</b>	CPC 09.15		
Remuneração direta			
Benefícios			
F.G.T.S			
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	CPC 09.15		
Federais			
Estaduais			

(Continua...)

(Conclusão)

Municipais	
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	CPC 09.15
Juros	
Aluguéis	
Outras	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	
Lucros retidos	
Participação de não controladores nos lucros retidos	

**APÊNDICE B – Listagem das empresas da amostra**

<b>Empresa</b>	<b>Data da Publicação</b>
A. GRINGS S.A.	15.03.2018
ABPAR - ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPACOES LTDA	20.02.2018
ADCOINTER - ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS S/A.	26.02.2018
ADVANCED DATABASE & IT SISTEMAS DE INFORMACAO S A	15.03.2018
AGIPAR HOLDING S.A.	05.02.2018
AGIPLAN FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	05.02.2018
AGROSETA SA	23.03.2018
ALEXANDRE G. BARTELLE PARTICIPACOES S/A	19.03.2018
BANCO MONEO S.A.	22.02.2018
BANRISUL CARTOES S.A.	27.02.2018
BANRISUL ICATU PARTICIPACOES SA	27.02.2018
BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS	23.02.2018
BANRISUL-ARMAZENS GERAIS S/A	20.03.2018
BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA	08.03.2018
BME - CASA DE PEDRA ENERGIA S.A.	15.03.2018
BME ENERGIA S/A	15.03.2018
BOCA DO MONTE ENERGIA E PARTICIPACOES S/A	15.03.2018
BRITAGEM RIO BONITO S.A.	05.03.2018
C.J. ENERGETICA S.A.	09.03.2018
CASA DICO S A COMERCIO E INDUSTRIA	09.03.2018
CASA DO CONCURSEIRO COMERCIO DE MATERIAIS DIDATICOS E EDUCACIONAIS S.A.	20.03.2018
CAULESPAR S/A	01.03.2018
CAVALETTI S/A - CADEIRAS PROFISSIONAIS	20.03.2018
CERCENA S/A - INDUSTRIA METALURGICA	09.03.2018
CIA SUPER UTIL DE SUPERMERCADOS	16.02.2018
CJ HYDRO - GERACAO DE ENERGIA S.A	09.03.2018
COMERCIAL CESA SA	09.03.2018
COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL	27.02.2018
COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO	08.03.2018
DAKOTA S/A	20.03.2018
DALLPAR - ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A	13.03.2018
DISTRIBUIDORA TITANIUM IMPORTADORA E EXPORTADORA DE AUTO PECAS SA	19.02.2018
DMR ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S.A.	09.02.2018
DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A.	16.03.2018
EDIFICIOS REUNIDOS SA	20.03.2018
ELO SISTEMAS ELETRONICOS S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	13.03.2018
EMPRESA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO SUL S/A - ECOSUL	01.03.2018
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB	05.03.2018
EXCELSIOR ALIMENTOS SA.	26.02.2018
EXCELSIOR SA PNEUS E ACESSORIOS	20.03.2018
FINANSINOS S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	19.02.2018
FLORESTA EMPREENDIMENTOS EM ENERGIA S/A	15.03.2018
FONTANA SA	20.03.2018
GAZETA DO SUL S A	12.03.2018
GENTE SEGURADORA SA	27.02.2018

(Continua...)

(Continuação...)

GRAZZIOTIN FINANCIADORA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	23.02.2018
GRAZZIOTIN S A	23.02.2018
GRUPO EDITORIAL SINOS SA	26.02.2018
GUIFASA S/A - INDUSTRIA E COMERCIO	07.03.2018
GZT COMERCIO E IMPORTACAO SA	01.03.2018
HOLDINVEST FOODS S.A.	09.03.2018
IMEC SA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES	15.03.2018
IMPORTADORA E EXPORTADORA DE CEREAIS SA	15.03.2018
INDUSTRIA DE PECAS INPEL SA	09.02.2018
IRMAOS TREVISAN SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA	23.02.2018
JACKWAL S/A	16.03.2018
KILLING S.A. TINTAS E ADESIVOS	01.03.2018
LOJAS RENNER S.A.	09.02.2018
MADEM SA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E EMBALAGENS	16.03.2018
MALCON S.A.	21.03.2018
MARCOPOLO SA	22.02.2018
MBM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	27.02.2018
MBM SEGURADORA SA	27.02.2018
MEBER METAIS S/A	21.03.2018
MEGA NEGOCIOS IMOBILIARIOS SA	09.03.2018
METALURGICA GERDAU SOCIEDADE ANONIMA	15.03.2018
METALURGICA MOR SA	21.03.2018
MOINHOS GALOPOLIS SA	21.03.2018
MOTOMECANICA COMERCIAL SA	01.03.2018
NEUGEBAUER ALIMENTOS S/A	31.01.2018
NJH ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SA	06.03.2018
NOVO BANCO CONTINENTAL S.A.BANCO MULTIPLO	12.03.2018
NUTRIFONT ALIMENTOS S.A.	21.03.2018
PASSOPAR S/A	07.03.2018
PLAXMETAL S/A - INDUSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS	19.03.2018
PRATAL S A	09.03.2018
PROCERGS-CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	15.03.2018
QUESTA HOLDING S.A.	05.02.2018
RAS NEGOCIOS EMPRESARIAIS S/A	14.03.2018
REALIZE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.	15.03.2018
REFINARIA DE PETROLEO RIOGRANDENSE S/A	05.03.2018
RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDENCIA S.A.	27.02.2018
RUGERI MEC-RUL SA.	08.03.2018
SEIVA SA FLORESTAS E INDUSTRIAS	15.03.2018
SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	20.03.2018
SLC LANDCO EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS S.A.	20.03.2018
SOCIEDADE CAXIENSE DE MUTUO SOCORRO	27.02.2018
SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.	23.02.2018
STAHL BRASIL SA	16.03.2018
STARA FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	16.03.2018
SULTEXTIL S/A INDUSTRIA DE TECIDOS	15.03.2018
TODESCREDI S/A - CREDITO , FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	14.03.2018

(Continua...)

(Conclusão)

TORQUATO PONTES SA COMERCIO E INDUSTRIA	20.03.2018
TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPACOES S/A	20.03.2018
TRS - GESTAO E TECNOLOGIA S.A.	16.02.2018
UGGERI SA	20.03.2018
ULTRAPAR S A	14.03.2018
UNICASA INDUSTRIA DE MOVEIS S/A	16.03.2018
XALINGO S A INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES	16.03.2018
XALINGO SA INDUSTRIA E COMERCIO	16.03.2018

## **ANEXOS**

# **ANEXO A – Balanço Patrimonial e DRE 2014 – Petrobras**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.058	16.655	Fornecedores	16	6.380	9.760
Títulos e valores mobiliários	7	780	9.323	Financiamentos	17	14.683	11.868
Contas a receber, líquidas	8	5.803	7.969	Arrendamentos mercantis financeiros	18	12	16
Estoques	9	7.441	11.466	Imposto de renda e contribuição social correntes	21.1	105	247
Imposto de renda e contribuição social correntes	21.1	983	1.063	Outros Impostos e contribuições	21.1	3.365	4.064
Outros Impostos e contribuições	21.1	1.765	2.748	Salários, férias, encargos e participações		1.302	2.066
Adiantamento a fornecedores		108	423	Planos de pensão e saúde	22	655	796
Outros ativos circulantes		1.338	1.180	Outras contas e despesas a pagar		1.946	2.301
		43.276	50.827			28.448	31.118
Ativos classificados como mantidos para venda	10.3	152	5	Passivos sobre ativos classificados como mantidos para venda	10.3	125	-
		43.428	50.832			28.573	31.118
<b>Não circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	17	111.482	120.218
Contas a receber, líquidas	8	3.669	4.832	Arrendamentos mercantins financeiros	18	39	56
Títulos e valores mobiliários	7	88	109	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	232	3.031
Depósitos judiciais	30.2	2.499	2.682	Planos de pensão e saúde	22	12.195	16.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.6	6.016	1.006	Provisão para processos judiciais	30.1	2.247	1.540
Impostos e contribuições	21.1	2.821	4.008	Provisão para desmantelamento de áreas	20	9.150	8.267
Adiantamento a fornecedores		1.638	2.409	Outras contas e despesas a pagar		548	988
Outros ativos realizáveis a longo prazo		2.446	3.817			135.893	150.591
		19.177	18.863			164.466	181.709
Investimentos	11	3.527	5.753	<b>Total do passivo</b>			
Imobilizado	12	161.297	218.730	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	13	3.092	4.509	Capital social realizado	23.1	107.101	107.101
		187.093	247.855	Contribuição adicional de capital	23.2	321	148
				Reservas de lucros	23.3	57.977	66.423
				Outros resultados abrangentes acumulados	23.4	(100.163)	(57.400)
				Patrimônio líquido Petrobras		65.236	116.272
				Participação dos acionistas não controladores	11.4	819	706
				Patrimônio líquido Total		66.055	116.978
<b>Total do ativo</b>		<b>230.521</b>	<b>298.687</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>230.521</b>	<b>298.687</b>

Fonte: Petrobras (2015).

## Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Receita de vendas	24	321.638	337.260	251.023	269.568
Custo dos produtos e serviços vendidos		(223.062)	(256.823)	(174.717)	(208.174)
Lucro bruto		98.576	80.437	76.306	61.394
Receitas (despesas)					
Vendas		(15.893)	(15.974)	(15.130)	(17.430)
Gerais e administrativas		(11.031)	(11.223)	(7.561)	(7.983)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	15	(6.467)	(7.135)	(5.261)	(6.720)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(2.024)	(2.589)	(2.011)	(2.562)
Tributárias		(9.239)	(1.801)	(7.730)	(1.045)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	14	(47.676)	(44.636)	(33.468)	(34.814)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	3	-	(6.194)	-	(4.788)
Outras despesas, líquidas	25	(18.638)	(12.207)	(17.547)	(15.436)
		(110.967)	(101.759)	(88.708)	(90.778)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(12.391)	(21.322)	(12.402)	(29.384)
Resultado financeiro líquido	27	(28.041)	(3.900)	(26.187)	(3.737)
Receitas financeiras		4.867	4.634	3.303	3.312
Despesas financeiras		(21.545)	(9.255)	(18.951)	(5.804)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(11.363)	721	(10.539)	(1.245)
Resultado de participações em investidas	11	(797)	451	(4.294)	3.730
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	22.7	-	(1.045)	-	(856)
Prejuízo antes dos impostos		(41.229)	(25.816)	(42.883)	(30.247)
Imposto de renda e contribuição social	21.7	6.058	3.892	8.047	8.555
Prejuízo do exercício		(35.171)	(21.924)	(34.836)	(21.692)
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		(34.836)	(21.587)	(34.836)	(21.692)
Acionistas não controladores		(335)	(337)	-	-
Prejuízo básico e diluído por ação ON e PN (em R\$)	23.6	(2,67)	(1,65)	(2,67)	(1,66)

Fonte: Petrobras (2015).



## ANEXO B - Balanço Patrimonial 2012 - TAM

Balanços patrimoniais (Valores expressos em milhares de reais)									
Consolidado					Consolidado				
	31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2011 (Reapresentado)			31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2011 (Reapresentado)	
Nota				Nota					
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa.....	6	654.553	650.081	1.012.220	Fornecedores.....		840.872	645.680	522.364
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....	4.2	897.428	1.684.932	1.407.698	Passivos financeiros.....	20	2.250.932	1.759.027	1.572.093
Ativos financeiros mantidos até o vencimento.....	7	150.426			Salários e encargos sociais.....		499.950	473.088	466.831
Contas a receber.....	8	1.592.477	1.819.011	1.542.617	Receita diferida.....	21	2.912.787	1.567.979	1.843.330
Estoques.....	9	262.419	212.609	187.577	Impostos e tarifas a recolher.....		417.049	367.279	285.037
Tributos a recuperar.....	10	114.680	421.008	57.557	Imposto de renda e contribuição social a recolher.....				14.339
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		117.494	72.948	18.424	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.....		861	18.418	152.293
Depósitos em garantia.....	15	47.210			Partes relacionadas.....	11	93.701		
Pré-pagamento de manutenção.....	16	256.557			Instrumentos financeiros derivativos.....	13	48.772	27.238	20.574
Despesas do exercício seguinte.....		59.047	121.978	162.788	Programa de recuperação fiscal.....	22	39.206	46.924	23.152
Partes relacionadas.....	11	71.780			Demais contas a pagar.....	23	384.384	197.444	135.658
Instrumentos financeiros derivativos.....	13	3.315	27.222	9.895			7.488.514	5.103.077	5.035.671
Demais contas a receber.....	12	86.097	85.397	81.234					
		4.313.483	5.095.186	4.480.010	<b>Não circulante</b>				
Ativos não circulante disponíveis para venda.....	14	18.221	21.474		Passivos financeiros.....	20	6.665.761	7.166.656	5.786.848
					Instrumentos financeiros derivativos.....	13	13.267	43.935	15.286
<b>Não circulante</b>					Receita diferida.....	21	188.422	207.803	66.420
Realizável a longo prazo					Provisões.....	24	353.439	292.350	204.610
Caixa restrito.....		59.965	93.824	98.305	Programa de recuperação fiscal.....	22	423.186	436.394	416.675
Ativos financeiros - depósito bancário.....	7		138.009	50.280	Impostos e tarifas a recolher.....			3.809	
Partes relacionadas.....	11	70.715			Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	25		342.520	300.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	25	266.587	131.153		Demais contas a pagar.....	23	609.412	440.061	237.472
Depósitos em garantia.....	15	35.077	57.014	51.778			8.253.487	8.933.526	7.027.568
Pré-pagamento de manutenção.....	16	301.006	547.862	410.306			15.742.001	14.036.605	12.063.239
Instrumentos financeiros derivativos.....	13	2.286	8.627	6.568	<b>Total do passivo.....</b>				
Demais contas a receber.....	12	38.272	46.771	20.595	<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>				
		773.908	1.023.260	637.832	Capital social.....	26	830.768	819.892	819.892
Investimentos.....	17	4.369			Reservas de capital.....		147.771	140.414	120.605
Imobilizado.....	18	9.132.284	9.086.919	8.722.684	Reserva de lucros / Prejuízos acumulados.....		(2.487.638)	191.595	649.512
Intangível.....	19	599.126	595.461	604.024	Ajuste de avaliação patrimonial.....		565.400	562.491	585.824
		10.509.687	10.705.640	9.964.540	Participação dos acionistas não controladores.....		(943.699)	1.714.392	2.175.833
<b>Total do ativo.....</b>		<b>14.841.391</b>	<b>15.822.300</b>	<b>14.444.550</b>	<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>(900.610)</b>	<b>1.785.695</b>	<b>2.381.311</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>14.841.391</b>	<b>15.882.300</b>	<b>14.444.550</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fonte: TAM (2013).

**ANEXO C - Nota explicativa 38 Balanço Patrimonial 2012 - TAM****38. Ajustes retroativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012:**

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2013, foram identificados erros relacionados as rubricas "Receita diferida", "Imposto de renda e contribuição social diferidos" e "Contribuições sociais" que afetaram as demonstrações financeiras de anos anteriores. Os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial e a mutação do patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2011 anteriormente emitidas foram ajustadas de forma retrospectiva, exceto pelo ajuste da receita diferida, que foi ajustado somente no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 na rubrica Prejuízos Acumulados, devido a impraticabilidade em retroagir tais efeitos ao balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao balanço patrimonial e demonstração da mutação do patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2011. Adicionalmente foram registrados outros ajustes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 1º de janeiro de 2012 que não foram reconhecidos no momento em que foram identificados dado a imaterialidade dos valores envolvidos. Considerando a reapresentação dos saldos esses eleitos estão sendo reconhecidos nos respectivos períodos de competência.

Fonte: Gonzales (2012).

## ANEXO D - Balanço Patrimonial - DMR Administração e Participações S.A.

### DMR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 90.392.143/0001-89 - NIRE 43 3 0000689 1 - Guaporé-RS

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015 ficando, desde já, a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Guaporé, 15 de janeiro de 2018. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>419.628,63</b>	<b>362.992,48</b>	<b>301.305,49</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>419.404,19</b>	<b>362.660,11</b>	<b>301.081,05</b>
Caixa e Bancos	1.155,04	245,27	245,27
Aplicações Financeiras	418.249,15	362.414,84	300.835,78
<b>CRÉDITOS</b>	<b>224,44</b>	<b>332,37</b>	<b>224,44</b>
Impostos a Recuperar	224,44	332,37	224,44
Devedores diversos	-	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>183.207,93</b>	<b>183.207,93</b>	<b>183.207,93</b>
<b>REALIZÁVEL LONGO PRAZO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aplicações Financeiras - Bradesco S.A.	-	-	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>1.133,66</b>	<b>1.133,66</b>	<b>1.133,66</b>
Participações	986,31	986,31	986,31
Incentivos Fiscais	147,35	147,35	147,35
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>182.074,27</b>	<b>182.074,27</b>	<b>182.074,27</b>
Imóveis	156.033,27	156.033,27	156.033,27
Construções	-	-	-
Terrenos	34.796,29	34.796,29	34.796,29
Móveis e Utensílios	25.695,91	9.496,78	9.496,78
Instalações	-	-	-
Equipamentos	-	16.199,13	16.199,13
(-) Depreciação Acumuladas	(34.451,20)	(34.451,20)	(34.451,20)
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>602.836,56</b>	<b>546.200,41</b>	<b>484.513,42</b>

Fonte: Diário Oficial (2018)



**UNIVATES**

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil  
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000  
[www.univates.br](http://www.univates.br) | 0800 7 07 08 09